

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE DIREITO**

**CIDADE-MERCADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES E
DISCURSOS POR TRÁS DO PROJETO OLÍMPICO NO RIO DE
JANEIRO E A RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO**

BRUNA DO AMARAL BARBOSA DIAS

**RIO DE JANEIRO
2021 / 1º Semestre**

BRUNA DO AMARAL BARBOSA DIAS

**CIDADE-MERCADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES E DISCURSOS POR
TRÁS DO PROJETO OLÍMPICO NO RIO DE JANEIRO E A RESISTÊNCIA DA
VILA AUTÓDROMO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor M. Daniel Capecchi Nunes** e **coorientação da Professora Dra. Júlia Ávila Franzoni**.

RIO DE JANEIRO

2021 / 1º Semestre

CIP - Catalogação na Publicação

D541c Dias, Bruna do Amaral Barbosa
Cidade-mercado: uma análise sobre os agentes e discursos por trás do Projeto Olímpico no Rio de Janeiro e a resistência da Vila Autódromo / Bruna do Amaral Barbosa Dias. -- Rio de Janeiro, 2021.
91 f.

Orientador: Daniel Capecchi Nunes.
Coorientadora: Júlia Ávila Franzoni.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2021.

1. Revitalização Urbana. 2. Parcerias Público Privadas. 3. Megaeventos Esportivos. 4. Jogos Olímpicos de 2016. 5. Vila Autódromo. I. Nunes, Daniel Capecchi , orient. II. Franzoni, Júlia Ávila , coorient. III. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

BRUNA DO AMARAL BARBOSA DIAS

**CIDADE-MERCADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS AGENTES E DISCURSOS POR
TRÁS DO PROJETO OLÍMPICO NO RIO DE JANEIRO E A RESISTÊNCIA DA
VILA AUTÓDROMO**

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito de graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação do **Professor M. Daniel Capecchi Nunes** e **coorientação da Professora Dra. Júlia Ávila Franzoni**.

Data de aprovação: ____/____/____.

Banca Examinadora:

Prof. Daniel Capecchi Nunes

Prof.^a Júlia Ávila Franzoni

Membro da Banca

Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2021 / 1º Semestre

“Não, não vou sair! Eu quero ser respeitada e isso é um direito de todos, porque o direito à moradia é sagrado. Todos temos direito à moradia. Todos temos direito a esta terra, porque esta terra não é do homem, é de todos nós que moramos, e o homem se apoderou e quer vendê-la.”

Maria da Penha Macena

AGRADECIMENTOS

Eu apenas sou quem eu sou hoje graças à educação. Sem ela, eu não poderia estar aqui, neste momento, redigindo palavras de agradecimento a quem quer que fosse. Um direito que deveria ser materialmente de todos, e sabemos que em verdade não é. Por isso, deixo meu abraço e minha sincera gratidão a todos os professores deste país, que se dedicam de corpo e alma ao ensino e à formação do pensamento crítico.

Agradeço à Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, por ter sido minha segunda casa em todos esses anos. Dentro dela, não apenas experimentei um ensino de qualidade, como também me reinventei. É impressionante observar o mergulho em um mundo com novas realidades, diferentes vivências e aprendizados inesgotáveis. Aprendi a ouvir mais o próximo, a compartilhar momentos e a receber o bombardeio diário de informações com uma cabeça mais analítica. Saio da FND com a esperança de honrar o seu nome e a sua história, com a certeza de que a levarei comigo em minha trajetória pessoal e profissional.

Ao meu orientador Daniel Capecchi e à minha coorientadora Júlia Franzoni, agradeço o suporte acadêmico que proporcionaram e as indicações de leituras sem as quais este trabalho não seria possível. Busquei tentar absorver com cuidado e carinho todos os conselhos e ensinamentos transmitidos. Aos servidores da Biblioteca da faculdade, por tirarem minhas dúvidas com toda a paciência do mundo para deixar esse trabalho conforme as normas da ABNT.

À minha mãe Fernanda, meu pai Claudio, meu irmão Nuno e minha irmã Nana. Cada um deles possui, à sua maneira, uma participação fundamental em minha formação e em meu caráter. Meus pais me ensinaram valores inestimáveis, a quem agradeço por todo o amor, por toda a dedicação e por nunca desistirem de mim. Nuno, obrigada por ser um dos meus melhores amigos, companheiro de risadas e músicas improvisadas. Nana, obrigada por me mostrar, ainda na minha pré-adolescência, a importância de questionar as estruturas impostas a nossa volta. A vocês, reforço todo o amor que sinto.

Estranho seria se eu os deixasse de fora, os meus gatinhos. Eles também fazem parte da minha família, e foram meu porto seguro em momentos de tristeza e solidão. Às vezes, tudo

que eu precisava era do afeto deles. Agradeço especialmente à minha gatinha, Rain, por me amar incondicionalmente.

Aos meus amigos, que, apesar de poucos, possuem um espaço especial no meu coração. É um privilégio poder conviver com vocês, ainda que da nossa maneira. A companhia presencial às vezes é substituída por mensagens, áudios e ligações, e está tudo bem.

Ao Elenco, integrado por divertidos desajustados sem talento algum para a socialização, que foram os meus primeiros amigos na FND. Independentemente dos caminhos que a vida nos leve e independentemente da falta de contato frequente com alguns de vocês, é impossível não lembrar de todos com um carinho gigantesco, ainda que nossa trajetória seja permeada por alguns conflitos e desentendimentos. Sinceramente, eles nunca pesaram mais que os momentos felizes, as experiências e os abraços trocados. Aproveite esse espaço para pedir desculpas pelos rumos que as coisas tomaram, e dizer que me arrependo de boa parte das decisões que me fizeram afastar de vocês. Cada um de vocês, sem exceções. Se eu pudesse, eu resgataria aquele momento em que todos estávamos em paz. Talvez eu escolhesse uma das tardes no Feudo, ou uma das noites em Saquarema. Talvez uma das nossas conversas despreocupadas na mesa da sala de aula, ou no corredor do Mário Alberto. Talvez os dias em que eu poderia ter feito escolhas diferentes e não fiz.

Ao Dráuzio, agradeço especialmente por ter conseguido deixar para trás todos os momentos difíceis, e por termos restabelecido juntos um laço que jamais deveríamos ter deixado romper. À Iana, à Malu e à Tuarne, amizades que eu tive o prazer de construir da metade da faculdade para o final, e que têm tamanha importância para mim, mais do que eu costumo demonstrar. Obrigada por me proporcionarem dias leves em meio à tempestade.

Ao amor da minha vida, o André (Bê). Como eu poderia não notar a pessoa que estava sempre comigo nos momentos mais assustadoramente solitários? Esperei pelo dia que finalmente poderíamos ficar juntos, e agora não abro mão de nós dois. Obrigada por você ser simplesmente quem você é, meu melhor amigo, meu companheiro e a pessoa com quem eu quero passar o restante dos meus dias. Não há lugar no mundo que eu prefira estar que não seja dentro do seu abraço, seja compartilhando comentários aleatórios ou planos de toda uma existência, que decidimos perfazer juntos. Você me mostrou que o amor é feito de respeito,

cuidado recíproco, dedicação e carinho, mesmo que eu estivesse outrora cega quanto a esta possibilidade. Mostrou-me o quanto eu sou forte, ainda que às vezes eu não enxergue isso.

Tudo fica melhor com você, não há como resumir melhor. Você sabe exatamente como me deixar feliz, e eu espero estar cumprindo a minha parte da melhor forma possível. Ainda temos uma aventura inteira pela frente, e cada pedacinho dessa história vamos escrever um ao lado do outro. Essa passagem pela Terra é breve, repleta de indefinições. Minha única certeza é você. “Yes”.

À Eva, que eu já amo com todo o meu coração mesmo antes de existir.

À Vila Autódromo e aos seus moradores, que foram a inspiração para este trabalho.

RESUMO

Verifica-se, a partir da análise de alguns casos emblemáticos de revitalização espacial, que a política urbana empreendida no Rio de Janeiro vem sendo direcionada à ressignificação socioeconômica de espaços estratégicos e à periferização das classes marginalizadas, a exemplo da expansão rumo à Zona Oeste. O gerenciamento do meio urbano como instrumento de mercado potencializa essa conjuntura, através de projetos de reestruturação que atendem primeiramente ao grande capital, em detrimento das demandas prioritárias da população. Nesse cenário, no qual podem ser observados tanto interesses de agentes públicos quanto de privados, a remodelação do espaço e o impulsionamento de novos empreendimentos são viabilizados através das Parcerias Público-Privadas. Elas consistem em uma forma de gestão que pode ser utilizada de forma a privilegiar a conveniência mercadológica, como pode ser observado com a realização de megaeventos esportivos. Este estudo abordou alguns aspectos do discurso e da atuação de diferentes atores que serviram de arcabouço prévio aos Jogos Olímpicos de 2016, bem como algumas críticas à proporção do custo social trazido por eventos dessa magnitude, materializado pela quantidade espantosa de remoções que os antecederam. No capítulo final deste trabalho, a análise principal volta-se à história de resistência da Vila Autódromo, uma comunidade que passou décadas na mira dos intentos expulsórios, e que experimentou uma intensificação do conflito com a prefeitura na época de preparação da capital carioca para as Olimpíadas da década passada. Algumas vitórias e derrotas podem ser contadas, porém a persistência dos moradores em resistir à remoção integral do bairro é uma característica incontestável. Além do levantamento teórico, o estudo também contou com trabalho de campo na comunidade, em entrevista concedida por uma das mulheres mais fortes que a autora deste trabalho já conheceu.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; Revitalização Urbana; Parcerias Públicos Privadas; Periferização; Megaeventos Esportivos; Jogos Olímpicos de 2016; Vila Autódromo.

ABSTRACT

Ensure that from the analysis of some emblematic cases of spatial revitalization, that the urban policy undertaken in Rio de Janeiro has been directed towards the socioeconomic resignification of strategic spaces and the periphery of marginalized classes, such as the expansion towards the West Zone. The management of the urban environment as a market tool enhances this conjuncture through a revitalization project that primarily serves the big capital, in detriment of the priority demands of the population. In this scenario, in which the interests of both public and private agents can be observed, the remodeling of space and the promotion of new ventures are made possible through Public-Private Partnerships. They are a method of management that can be used to privilege market convenience, as can be seen with the attainment of sporting mega events. This study approached some aspects of the argument and performance of different agents that served as a framework prior to the 2016 Olympic Games, as well as some criticisms of the proportion of social cost brought about by events of this magnitude, materialized by the astonishing amount of removals that preceded them. In the final chapter of this work, the main analysis goes back to the history of resistance in Vila Autódromo, a community that spent decades in the sights of expulsion attempts, and that experienced an intensification of the conflict with the city hall at the time of preparing the capital of Rio for the Olympics of the past decade. Some victories and defeats can be counted, but the persistence of residents to resist the complete removal of the neighborhood can be put as an indisputable characteristic. In addition to the theoretical survey, the study also included fieldwork in the community, in an interview given by one of the courageous women that the author of this work has ever known.

Key words: Rio de Janeiro; Urban Revitalizing; Public-Private Partnerships; Peripheryization; Sporting Megaventures; 2016 Olympic Games; Vila Autódromo.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP	Ação Civil Pública
ALERJ	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
AMPVA	Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
BRTs	Bus Rapid Transit
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CDURP	Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto
COI	Comitê Olímpico Internacional
DPE-RJ	Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro
EIT	Empresa Industrial Técnica S/A
ENEA	Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo
FIFA	Federação Internacional de Futebol
Feema	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
MCMV	Minha Casa Minha Vida
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPP	Parceria Público-Privada
PROPAR	Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas
PT	Partido dos Trabalhadores
RDC	Regime Diferenciado de Contratações Públicas
SEHAF	Secretaria de Assuntos Fundiários e Assentamento Humanos do Estado do Rio de Janeiro
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
TCM	Tribunal de Contas do Município
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – PMDB e seus principais financiadores na campanha municipal de 2012.....	23
Figura 2 – Desapropriações na cidade do Rio de Janeiro de 2009 até 2012	32
Figura 3 – Remoções em comunidades e o programa MCMV – Abril de 2012	33
Figura 4 – Localização da Vila Autódromo	57
Figura 5 – Rua Vila Autódromo.....	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 O ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA: INTERFACES PÚBLICO-PRIVADAS	18
1.1 Revitalizar para ressignificar	18
1.2 A Zona Oeste emergente e a Caravana da Legalidade de Paes	20
1.3 A campanha de Paes pela Prefeitura e seus patrocinadores	23
1.4 A cidade como mercado: Estado, PPPs e os recursos seletivos	25
1.4.1 A interrelação entre o capital e o espaço urbano	26
1.4.2 Os empreendimentos público-privados e a problemática das remoções	30
2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PROJETO OLÍMPICO: EM BENEFÍCIO DE QUEM?	37
2.1 A concepção do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica	37
2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 como estratégia política e econômica: o discurso do legado	40
2.3 Omissões estratégicas inerentes ao discurso	48
3 A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO E O PLANO POPULAR	56
3.1 Apresentando a história da Vila Autódromo	56
3.2 As investidas contra a Vila Autódromo no cenário das Olimpíadas de 2016	60
3.2.1 As primeiras medidas após o anúncio	61
3.2.2 O Parque Olímpico e a atuação da prefeitura	63
3.3 O Plano Popular como resposta dos moradores na luta por permanência	67
3.3.1 A criação e organização do Plano Popular	67
3.3.2 O Parque Carioca e as estratégias de desmonte da resistência	70
3.3.3 O processo de remoção e a ininterrupção das repressões	73

3.3.4	Apesar do caos, a resistência persiste e vinte famílias conseguem ficar.....	77
CONCLUSÃO		84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		87

INTRODUÇÃO

O cenário urbano do Rio de Janeiro experimentou transformações substanciais nos anos que antecederam aos dois maiores megaeventos esportivos globais – a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. As mudanças viriam com o objetivo de trazer um “novo rosto” à capital carioca, repaginando áreas objeto de interesses socioeconômicos e intensificando a política urbana das remoções.

É possível partir de um pensamento inicial, de que a especulação imobiliária e o esgotamento espacial de áreas nobres, como as da Zona Sul e de algumas partes do Centro, já vinham motivando empreendimentos de grande porte em lugares por onde o mercado poderia se expandir. A revitalização urbana pressupõe a ressignificação de áreas antes invisíveis aos olhos do mercado, voltada a um público específico e detentor de capital. A periferização socioespacial de classes marginalizadas consiste em uma característica marcante do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro¹, e vem sendo intensificada por uma política urbana direcionada aos interesses de agentes políticos e privados.

Em um cenário no qual a cidade é tratada como um instrumento de mercado rentável aos grandes empresários², os megaeventos esportivos são colocados como impulsionadores do crescimento econômico da cidade, que passa a ser dotada de uma imagem reinventada no contexto nacional e internacional³. A alta expectativa de lucro atende aos interesses de empresários da construção civil e do setor imobiliário, enquanto os grupos políticos tendem a aproveitar esses momentos de espetacularização pública para se auto promoverem em corridas eleitorais.

No entanto, o discurso pró-megaeventos esportivos omite – não por desconhecimento, porém por conveniência estratégica – o custo social que diversas comunidades pagam com a

¹ ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

² Cf. VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103; MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

³ BRASIL. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 Volume 1**. 2009. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/594>. Acesso em: 02 ago. 2020.

sua realização. Milhares de famílias foram removidas com o processo de revitalização urbana de preparação às cerimônias, ainda que se tratasse de eventos temporários⁴. O suposto legado é excludente e restrito a poucos que podem consumi-lo, deixando de fora aqueles que se encontram no caminho dos interesses político-econômicos de seus idealizadores.

O Estado detém o controle regulatório das normas e as entidades internacionais do esporte exercem pressão para que o país-sede ofereça todos os requisitos necessários para ser considerado casa de um megaevento esportivo⁵. As empresas entram com parte do capital e com patrocínio de campanhas políticas, como ocorreu na jornada eleitoral de candidatos do PMDB em 2008 e 2012⁶, anos de preparação aos megaeventos. Do outro lado deste campo de força estão os moradores de comunidades que lutam pelo direito de permanecer em suas casas, contra as remoções forçadas.

Uma dessas comunidades é a Vila Autódromo, localizada na Zona Oeste, a qual trilhou uma trajetória de resistência em face aos intentos da prefeitura em eliminar a área e substituir suas casas e espaços comunitários por instalações olímpicas. Como será mostrado – a partir de obras de pesquisadores que acompanharam de perto esse período e do relato da líder comunitária Maria da Penha Macena –, foram anos de luta e tentativa de diálogo com o Poder Público.

A presente monografia busca entender a interrelação entre três pontos principais de análise: i) a gestão mercadológica da cidade associada ao processo de revitalização urbana; ii) os agentes e discursos por trás dos megaeventos esportivos, com maior ênfase nos Jogos Olímpicos de 2016, bem como contrapontos e críticas relevantes e iii) o exemplo de uma resistência real às remoções, através da história da Vila Autódromo.

⁴ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

⁵ TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0021.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

⁶ FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico**. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

A hipótese deste trabalho é de que a gerência urbana da cidade do Rio de Janeiro atende primeiramente ao mercado e aos interesses políticos, reforçando uma cultura que segrega – social e geograficamente – os que já se encontram em uma posição marginalizada, sendo os megaeventos esportivos mais uma grande jogada para a atração de empreendimentos de grande porte e poder de influência. A hipótese também abrange a resistência da Vila Autódromo como uma afronta à política das remoções nesse contexto.

Procedeu-se a um levantamento bibliográfico sobre os pontos em análise, de forma a demarcar uma linha de raciocínio que contemplasse o contexto socioeconômico em que se inseria a cidade do Rio de Janeiro, previamente à realização dos megaeventos esportivos, os principais argumentos favoráveis e contrários à sua celebração – em especial acerca das Olimpíadas de 2016 – e, por fim, a escolha de um caso real de resistência, que consistiu na Vila Autódromo.

Para subsidiar a análise deste último ponto, a autora deste trabalho também pôde contar com uma entrevista gentilmente concedida pela moradora Maria da Penha, na própria comunidade da Vila Autódromo. A líder comunitária, natural da Paraíba, mora na comunidade há 25 anos, tendo encontrado no local o seu sonho de possuir uma casa com espaço, onde pudesse criar um animal de estimação e plantar⁷.

O primeiro capítulo abordará alguns aspectos do processo de ascensão econômica e social da Zona Oeste, que em 2016 seria um dos palcos mais relevantes dos Jogos Olímpicos, bem como a política do então subprefeito Eduardo Paes no combate aos chamados “invasores”. Após, serão estudadas as bases da cidade-mercado e a associação entre o Estado e o capital, através das PPPs⁸, contemplando os instrumentos políticos e jurídicos que viabilizam a reestruturação urbana e as remoções comunitárias.

O segundo capítulo desenvolverá uma análise sobre a concepção do Rio de Janeiro como cidade olímpica, ou seja, como “nasceu” essa ideia de trazer um megaevento esportivo deste porte para a capital carioca, até o momento em que foi escolhida como sede dos Jogos

⁷ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

⁸ MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. **Parque Olímpico contra Vila Autódromo**: o papel das parcerias público-privadas no empreendedorismo urbano. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

Olímpicos de 2016. Mostrar-se-á, também, como funcionou a construção do discurso pró-megaevento esportivo, bem como a atuação dos agentes por trás deles. Por último, são feitos apontamentos quanto aos ônus e ao custo social desses empreendimentos, além de algumas indagações.

O terceiro e último capítulo realiza um estudo de caso de uma história real de luta contra as remoções no contexto dos Jogos Olímpicos de 2016. Serão expostas as etapas da trajetória de resistência dos moradores da Vila Autódromo, com maior enfoque no período de 2009 até 2016.

1 O ESPAÇO URBANO COMO MERCADORIA: INTERFACES PÚBLICO-PRIVADAS

Antes de iniciar o debate acerca da problemática dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro, é necessário em primeiro lugar analisar o panorama urbano da cidade, em perspectivas que contemplem o seu cenário socioeconômico. Não seria possível desenvolver uma análise mais detalhada acerca do projeto olímpico e da resistência às remoções sem antes mostrar que a gestão urbana da capital carioca já vinha sendo orientada de modo a fomentar a periferização socio-geográfica e os privilégios das grandes empresas ligadas à revitalização da cidade. Por isso, este capítulo é dedicado a entender os pressupostos e os efeitos lesivos da gerência mercantil da cidade, bem como da política urbana excludente perpassada no Rio de Janeiro, com maior enfoque na Zona Oeste emergente.

1.1 Revitalizar para ressignificar

Se antes a separação geográfica era nitidamente delimitada na capital fluminense, com relativa distância entre os diferentes estratos da sociedade carioca, hoje o cenário vem mudando. O avanço do grande capital e a escassez de espaços em áreas tradicionalmente nobres levaram à expansão empresarial por novos sítios, em geral ocupados por famílias de baixa renda. É o que pode ser observado, com mais nitidez, por exemplo, no Centro, em comunidades da Zona Sul e da Zona Oeste da capital⁹.

A conurbação socioespacial entre classes se mostra, em princípio, resultado da contínua valorização e especulação imobiliária do espaço urbano; esta última se depreende, conforme Milton Santos, “da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um *sítio social* ao *sítio natural*; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização”¹⁰. Por conta desse processo, não é incomum a presença de luxuosas residências e edificações ao lado de comunidades e bairros que seguem resistindo em meio à política gentrificatória.

⁹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

¹⁰ SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 106.

Ao mesmo tempo que esse cruzamento socio-geográfico adquire forma, é notório o quanto o espaço urbano ainda se apresenta fortemente dividido. A imagem visual da cidade e suas divisões demarcam a estratificação entre classes e forças de trabalho¹¹. Os anseios do mercado, no entanto, são imparáveis e não mais se contentam com fronteiras estáticas. Sua própria renovação depende de sucessivos novos polos de consumo.

No cenário carioca, o projeto urbanizador das últimas décadas foi notadamente excludente, tendo a cidade experimentado ondas de revitalização socioespacial que demarcaram essa característica. O processo de estratificação da cidade do Rio de Janeiro seria baseado em dois pressupostos principais: primeiro, o Estado como legitimador dos interesses do capital, modelando o meio urbano a partir de um viés segregador; segundo, a interrelação entre esse sistema e a adoção de políticas públicas fomentadoras da divisão de classes urbana, bem como da ausência de ações para barrar este processo¹².

Enxergar o perímetro urbano como ele se apresenta a olhos nus é o primeiro passo para tentar compreender como a ocupação do Rio de Janeiro se tornou um produto de mercado, com a conseqüente expansão de um projeto urbanístico voltado à satisfação de determinados setores socioeconômicos e ao exibicionismo estatal. A opinião daqueles que são direta ou indiretamente prejudicados pela revitalização de áreas marcadas como alvo de novos empreendimentos parece não ser relevante, mesmo quando amparada pela assistência jurídica popular e pelo apoio técnico-acadêmico, tal qual foi o caso da Vila Autódromo, como será apresentado no último capítulo.

A problemática das revitalizações atrelada à migração intraurbana de classes vulneráveis não é recente. Se antes o argumento higienista foi latente para a derrubada dos cortiços na Reforma Passos, em benefício dos setores empresariais interessados na expansão do mercado imobiliário e da construção civil¹³, hoje se verifica a preponderância do discurso do progresso urbano a todo custo, ainda mais em cenário de megaeventos esportivos.

¹¹ FRANZONI, Júlia Ávila. **Política urbana na ordem econômica**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

¹² ABREU, 2006.

¹³ CARVALHO, Vinck Vitorio Ribeiro. Higienizar e Civilizar: a campanha sanitária no Rio de Janeiro. *In*: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Rio de Janeiro**: histórias concisas de uma cidade de 450 anos. Rio de Janeiro: SME, 2015, p. 119-126.

A análise de alguns episódios marcantes de renovação e criação de espaços na cidade do Rio de Janeiro leva ao entendimento de que os projetos empreendidos buscavam elevar a esfera de atratividade dos locais alvo de investimentos. A resignificação planejada agrega um novo público, em substituição aos que ocupavam o espaço anteriormente. Como explica Milton Santos, a cidade se estende com as rodovias e com o estabelecimento de locais dotados de valor social, nos quais se selecionam áreas que correspondem aos interesses de quem possui a expectativa de se inserir neles¹⁴. Esses espaços passam a concentrar atividades e residências mais atrativas, cujo arranjo valorativo é influenciado pela propaganda e divulgação do lugar, aumentando seu preço¹⁵.

A deflagração de atividades – novas ou já existentes – modifica o valor de um determinado local, em detrimento de outros, uma vez que ele passa a oferecer algo que os demais não oferecem da mesma forma. As atividades desse lugar se diferenciam do restante, resignificando não apenas esse espaço em específico como todos os outros, na medida em que gera um desequilíbrio valorativo; como consequência, uma nova hierarquia espacial é estabelecida¹⁶. Dito de outra forma, o espaço urbano passaria por uma transformação de paisagens, ares e práticas, moldado para outro tipo de público, a partir de uma forma de ocupação renovada. E quando a saída dos antigos moradores não é “voluntária”, em geral o Poder Público põe em prática artifícios próprios para assegurar a nova forma de ocupação socioespacial, como as remoções e as desapropriações, ainda que desrespeitando o direito à moradia.

É relevante observar que esse processo ocorreu na Zona Oeste do Rio de Janeiro, de forma mais recente se comparado às demais zonas da cidade, principalmente nos bairros da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá. Uma figura política em particular deteve grande importância na elevação socioeconômica da região, ao mesmo tempo em que seu nome se popularizava.

1.2 A Zona Oeste emergente e a Caravana da Legalidade de Paes

¹⁴ SANTOS, 2018.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Id., 2014.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

Conforme o estudo de Guimarães sobre o tema, a partir de levantamento jornalístico, se antes o Estado era apontado por sua omissão na estruturação urbana da Barra da Tijuca, em reportagem do *Jornal do Brasil* de 1968 – por meio da qual foi defendida a ocupação turística e plana do bairro¹⁷ –, o governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, tratou de modificar esse enquadramento. Convidou, então, o arquiteto Lúcio Costa para desenvolver um novo espaço metropolitano, na Baixada de Jacarepaguá¹⁸. O projeto foi recebido com elogios, tendo sido continuado por governos posteriores, os quais aplicaram amplos recursos na modernização da área. A ocupação foi viabilizada através de construção e incremento de vias de acesso, como o Elevado das Bandeiras, a atual Avenida Ayrton Senna e a Avenida das Américas¹⁹.

Consoante Münch, “[...] o poder público, de forma a beneficiar os proprietários das terras, e estimular o investimento privado, atuou no sentido de flexibilizar os parâmetros urbanísticos daquela área, além de criar mais-valias urbanas [...]”²⁰. Se traçava, então, o novo perfil da Barra da Tijuca, nas décadas de 70/80, formado pela associação entre o reduzido número de proprietários e empresas dominantes do setor imobiliário, na região²¹. Para se ter uma ideia da quantidade de terra concentrada em poucas mãos, uma reportagem do *Jornal do Brasil*, de 1981, mostrava quem eram os quatro donos principais da Barra: Pasquale Mauro, Carlos Fernando de Carvalho (da Carvalho Hosken), Tjong Hiong Oei (da ESTA S.A.) e Múcio Athayde (do Grupo Desenvolvimento)²².

Os anos foram passando e a região ascendia cada vez mais, estruturada a partir da tomada de decisões políticas e estratégicas, com crescimento potencializado por uma nova concepção de desenvolvimento urbano, de bases neoliberais²³, ganhando espaço frente a áreas que já experimentavam certa saturação do mercado, como Centro e Zona Sul. À frente dessa gestão, a nível regional, estava Eduardo Paes. Desde antes de chegar ao ápice do Poder Executivo Municipal, Paes já colocava em prática a política das remoções. A primeira aparição política de

¹⁷ FALTA, 1968 apud GUIMARÃES, 2015.

GUIMARÃES, Renato Cosentino Vianna. **Barra da Tijuca e o projeto olímpico**: a cidade do capital. Projeto de qualificação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento e Políticas Urbanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

¹⁸ COSTA, 1969 apud GUIMARÃES, 2015.

¹⁹ CARDOSO, 1989, apud GUIMARÃES, 2015.

²⁰ MÜNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a colonização do urbano**: Vila Autódromo na disputa Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 37.

²¹ RIBEIRO, 1997 apud GUIMARÃES, op. cit.

²² JUSTIÇA, 1981, apud GUIMARÃES, 2015.

²³ GUIMARÃES, 2015.

seu nome foi durante o governo do prefeito César Maia, quando foi indicado à subprefeitura da Zona Oeste, em 1993²⁴. Sua gestão, na época, trabalhou com base no discurso da lei e da ordem, tendo comandando a “Caravana da Legalidade”, voltada à derrubada de construções entendidas como invasoras²⁵. Sua atuação, contudo, também reprimia trailers e comércios irregulares²⁶.

Guimarães, citando matéria do jornal O Globo de 1995, aponta algumas comunidades onde ocorreram remoções promovidas pelo subprefeito nesse período, como a Via Parque, Restinga do Recreio, Favela da Macumba, Favela do Mato Alto, Vale do Sol, dentre outras²⁷. Em reportagem de Aguinaldo Silva, foi reproduzida uma fala de Paes, em que afirmava que trataria as “invasões” com o auxílio de “tropas de choque, tratores e o que for preciso”²⁸. Sua forma de gestão, como pode ser observado, ganhou destaque com a intransigência com a qual lidava com as habitações não regularizadas. A origem desses locais, curiosamente, remonta ao próprio processo de crescimento da Barra da Tijuca e emergência das grandes construções na região, sendo razoável que os trabalhadores quisessem estabelecer suas casas perto de seu local de trabalho, ante a falta de uma política habitacional adequada²⁹.

A Prefeitura sustentava esse posicionamento em nome da suposta ilegalidade da ocupação espacial pelos grileiros, quando os maiores donos de terra da Barra da Tijuca também estavam envolvidos em obscuridades na regularização fundiária de suas propriedades. A rigidez do discurso, na prática, não se voltava a eles, contudo, uma vez que os desalojamentos dos “invasores” contavam com seu patrocínio, por meio da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (Acibarra)³⁰. A relação de Paes com o grande capital se mostrou forte com sua homenagem perante a referida associação³¹ – formada pela ESTA, Barrashopping e Carvalho Hosken –, a qual subsidiou uma das obras símbolo da administração do ainda jovem político: o Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto. O projeto contemplava algumas das metas de Paes, dentre as quais se incluíam a atuação pública aliada ao setor privado e a remoção de construções consideradas irregulares³².

²⁴ UM “MENUDO”, 1992 apud GUIMARÃES, 2015.

²⁵ INVASORES, 1993 apud GUIMARÃES, 2015.

²⁶ TRAILERS, 1993 apud GUIMARÃES, 2015.

²⁷ AS FAVELAS, 1995 apud GUIMARÃES, 2015.

²⁸ SILVA, 1993, p. 22 apud GUIMARÃES, 2015, p. 43.

²⁹ GUIMARÃES, 2015.

³⁰ Ibid.

³¹ BARRA, 1993 apud GUIMARÃES, 2015.

³² ÁREA, 1996 apud GUIMARÃES, 2015.

A expansão empresarial para a Zona Oeste, como é possível entender, foi planejada mediante esforços públicos e privados, em uma relação de apoio mútuo. Nessa dinâmica, não havia espaço para as pequenas comunidades já estabelecidas no local, por onde foi deixado um rastro de remoções.

1.3 A campanha de Paes pela Prefeitura e seus patrocinadores

As eleições locais de 2008 reafirmaram a ligação de Paes com os segmentos empresariais, principalmente com os setores da construção civil, imobiliário e industrial. Na época o candidato recebeu, como doação à campanha eleitoral, cerca de onze milhões, provenientes de empreiteiras (EIT, OAS, Carioca, dentre outras) e de empresas de outros setores da economia³³. Um cenário semelhante se repetiu na reeleição de Paes, em 2012:

FIGURA 1: PMDB e seus principais financiadores na campanha municipal de 2012.

DOADOR	VALOR R\$
CARVALHO HOSKEN S.A. ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES	R\$ 650.000,00
OAS S.A.	R\$ 500.000,00
CYRELA MONZA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	R\$ 500.000,00
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 500.000,00
MPH EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA.	R\$ 500.000,00
MULTIPLAN EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	R\$ 500.000,00
EMCCAMP RESIDENCIAL S.A.	R\$ 400.000,00
COMPANHIA DE BEBIDAS DAS AMÉRICAS - AMBEV	R\$ 347.000,00
ARCOENGE LTDA.	R\$ 300.000,00
CRBS S.A.	R\$ 300.000,00
PRIMO SCHINCARIOL S.A.	R\$ 250.000,00
BROOKFIELD RJ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	R\$ 200.000,00
COESA ENGENHARIA LTDA.	R\$ 200.000,00
CADIZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	R\$ 200.000,00
CASA & VÍDEO RIO DE JANEIRO S.A.	R\$ 200.000,00
CLÍNICA MÉDICO-CIRÚRGICA BOTAFOGO S.A.	R\$ 200.000,00
GERDAU COMERCIAL DE AÇOS S.A.	R\$ 200.000,00
HOSPITAL PRÓ-CARDÍACO S.A.	R\$ 200.000,00
PRESLAF - EMPRESA DE SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA.	R\$ 200.000,00
PRS INCORPORADORA LTDA.	R\$ 200.000,00
RIO MINAS 10 EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 200.000,00
CEMED CARE - EMPRESA DE ATENDIMENTO CLÍNICO EM GERAL LTDA.	R\$ 150.000,00
EVEN CONSTRUTORA E INCORPORADORA S.A.	R\$ 150.000,00
SERV-BABY HOSPITAL MATERNO-INFANTIL LTDA.	R\$ 150.000,00
VAMARCO PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 150.000,00
CALÇADA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A	R\$ 110.000,00
G B ARMAZENS GERAIS LTDA.	R\$ 100.000,00
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.	R\$ 100.000,00
KLABIN S.A.	R\$ 100.000,00
MÉIER MEDICAL CENTER LTDA.	R\$ 100.000,00
MONTEIRO ARANHA S.A.	R\$ 100.000,00
PANGEA EMPREENDIMENTOS S.A.	R\$ 100.000,00

FONTE: TSE apud FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

³³ TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2008 apud FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

Verifica-se que seus maiores patrocinadores continuaram sendo de capitais de grande porte. Pela análise de Faulhaber e Azevedo, observa-se que mais de 60 % das doações de campanha eleitoral à Paes e a seu partido vieram de imobiliárias. Algumas das empresas que depositaram as maiores cifras possuem, coincidentemente – ou não –, contratos vultuosos com a Prefeitura, dentre as quais se inserem a Carvalho Hosken, responsável pelo Parque Olímpico e a OAS, responsável pelo Porto Maravilha e pelas Transolímpica e Transcarioca³⁴.

Os dados expostos traduzem certa ingerência no campo político por parte das grandes empresas, notadamente interessadas em uma gestão urbana que correspondesse aos seus interesses mercadológicos. Conforme os apontamentos de Nelma Gusmão de Oliveira:

[...] não é de se estranhar o empenho dos demais integrantes da coalizão em eleger políticos afinados com seus objetivos para o desempenho de cargos públicos estratégicos. Efetivamente, o que se encontra em disputa é o controle dos programas e ações de governo e da organização da estrutura administrativa. Em alguns casos a meta das elites empreendedoras não consiste apenas em que a cidade seja gerida como uma empresa, mas, também, na medida do possível, que possam assumir diretamente, enquanto empresas, a gestão da cidade³⁵.

Paes se lançou com a campanha “Somos um Rio”, tendo o apoio da coligação partidária e de seus patrocinadores³⁶. Diogo Justino aponta que as remoções na gestão Paes foram marcadas pelo discurso de ordem e da lei – conhecido como programa choque de ordem –, intensificando-se, também, o discurso do risco após as intensas chuvas de abril de 2010. Com uma política voltada à expulsão de grupos vulneráveis de áreas atrativas ao capital, o Rio de Janeiro experimentou um incremento na violência com a qual se lidava com os sem teto, comércios populares e comunidades na mira de programas de revitalização³⁷.

Justino aponta o caso de ocupações que sofreram a remoção truculenta por agentes policiais e da Prefeitura, como parte do programa choque de ordem. Algumas delas foram as

³⁴ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

³⁵ OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **O Poder dos Jogos e os Jogos de Poder**: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Orientador: Carlos Bernardo Vainer. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 161-162.

³⁶ FAULHABER; AZEVEDO, op. cit.

³⁷ JUSTINO, Diogo. As remoções no início da Gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 165-179.

comunidades Jacaré do Papo Amarelo Feliz, “Casarão Maracanã”, e Rio das Pedras. Os breves relatos dessas três histórias, narradas pelo autor, parecem convergir para alguns pontos em comum, como o despejo violento dos moradores e a demolição indiferente de parte de suas habitações³⁸. Todo o exposto se assemelha a uma continuação da “Caravana da Legalidade” e da política expulsória, iniciadas por Eduardo Paes no início de sua carreira como subprefeito.

Na gestão passada de Eduardo Paes, como prefeito do Rio de Janeiro, a cidade experimentou uma onda de remoções e de desapropriações, para ceder espaço à repaginação do meio urbano³⁹. Os projetos dos BRTs e do Porto Maravilha⁴⁰ são apenas dois de diversos episódios em que o Poder Público impôs sua intervenção.

Conforme informações trazidas pelo Dossiê de Violações de Direitos Humanos, desenvolvido pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, o quantitativo de famílias removidas entre 2009 e 2015 seria de 22.059, estimando um número de 77.206 pessoas. A política expulsória fez parte da estratégia de investimentos em áreas visadas pelo capital privado e pelo interesse público, cuja rol inclui bairros da Zona Oeste, Centro e Maracanã⁴¹.

O que se pode observar, a princípio, é que a herança da política de remoção persiste na contemporaneidade. A história parece se repetir com as reformas de Paes, configurando um projeto de urbanização restrito a quem tem condições de bancá-lo e dele usufruir, tendo como alvo as populações segregadas e residentes de áreas talhadas pela revitalização urbana. A trajetória política de Paes foi marcada pelo apoio do grande capital⁴², que viu nele alguém disposto a continuar com o ideário revitalizador do Rio de Janeiro, ainda que em detrimento de milhares de pessoas que seriam removidas de suas casas.

1.4 A cidade como mercado: Estado, PPPs e os recursos seletivos

A proposta dos próximos subtópicos é o estudo da gestão mercantil da cidade do Rio de Janeiro, em consonância com o que já foi apresentado até o momento, partindo de um cenário

³⁸ JUSTINO, 2016.

³⁹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁴⁰ Ibid.

⁴¹ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015.

⁴² FAULHABER; AZEVEDO, op. cit.

no qual a organização do espaço urbano ajusta-se às pretensões do Poder Público em associação ao setor privado. Intenta-se demonstrar como a periferação socioespacial é reforçada quando os investimentos citadinos são guiados por predileções socioeconômicas.

1.4.1 A interrelação entre o capital e o espaço urbano

A integração urbana seria calcada no sistema de trocas, em que as práticas desempenhadas seriam reguladas pela conveniência do mercado, a partir dos preços que ele próprio estabelece e das atividades que coordena. Seguindo a lógica capitalista de reprodução, o mercado concentra esforços no valor de troca das mercadorias, ao invés do valor de uso, para replicação de capital, estimulando uma estrutura estratificada que depende do acesso diferenciado aos recursos para se sustentar. Tal integração controlada estimularia a divisão do trabalho e a alocação estratégica da produção⁴³.

Com o advento de novas tecnologias e com o crescimento populacional, o incremento produtivo ganhou proporções antes inimagináveis. A urbanização viabiliza a absorção desses excedentes, estando intrinsecamente conectada com o desenvolvimento capitalista⁴⁴. O meio urbano possibilita o direcionamento dos produtos exorbitantes desse processo para novas áreas⁴⁵, e conseqüentemente para novos polos de consumo.

A cidade é vista, dessa forma, como um local propício ao processo de acumulação, onde são aplicados investimentos advindos dos excedentes gerados, visando multiplicar ainda mais o capital. Destaca-se a seguinte passagem, de Ermínia Maricato, na qual a autora explica o valor da cidade como um produto de mercado:

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca. Para eles, a cidade é a mercadoria. É um produto resultante de determinadas relações de produção. Se lembramos que a terra urbana, ou um pedaço da cidade, constitui sempre uma condição de monopólio – ou seja, não há um trecho ou terreno igual a outro, e sua localização não é reproduzível – estamos diante de uma mercadoria especial que tem o atributo de captar ganhos sob a forma de renda. A cidade é um grande negócio e a renda imobiliária, seu setor central⁴⁶.

⁴³ HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social**. Trad. de Marina Gonzales Arenas. Espanha: Siglo XXI de España Editores, 1977.

⁴⁴ HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

⁴⁵ MÜNCH, 2017.

⁴⁶ MARICATO, 2015, p. 23.

A agregação de valor de um determinado local geograficamente rentável é fomentada através do turismo e dos megaeventos, em congruência com o capital especulativo. A forma como a terra é enxergada atenderia primeiramente a essas demandas, em detrimento das necessidades das pessoas que nela estabelecem sua vivência⁴⁷. Um cenário de atração de capitais é formado, sustentado pelo *marketing* e pela ressignificação de certas áreas da cidade⁴⁸.

Nesse processo de integração, o espaço se recompõe consoante suas novas exigências e modos de produção, reproduzindo a sociedade como um todo e suas contínuas reinvenções, estas orientadas a partir das demandas existentes em seu próprio meio, de ordem social, política e econômica⁴⁹.

A remodelação urbana é viabilizada pela flexibilização da gestão pública em prol do mercado, cujos interesses expansivos não poderiam ser concretizados sozinhos. O Estado aparece como figura legitimadora, através de ações e omissões, o que teria agravado a disparidade centro/periferia ao longo da história do Rio de Janeiro⁵⁰. Cabe trazer, ainda, o entendimento de Franzoni:

Como condição intrínseca à urbanização periférica, a dualidade de suas cidades (cidade formal e cidade informal) permitiu a perpetuação de uma dinâmica na qual o “atraso” (social e econômico) não representa uma barreira ao desenvolvimento. Pelo contrário, a ilegalidade e a precariedade das moradias são estruturais e necessárias para um processo de acumulação que tem especificidades⁵¹.

É como se a prosperidade urbana não fosse feita para todos, e seu sucesso dependesse da estratificação socioeconômica, com uma série de privilégios para o mercado – econômicos, trabalhistas e espaciais. Não haveria como as cidades crescerem e progredirem, com a ascensão econômica de uma classe, sem que grande parte dos grupos sociais continuassem à margem da modernidade, alheios à própria exploração. Essa distinção entre realidade é reflexo de uma política elitista que perdurou no Brasil durante séculos, e que até hoje se perpetua.

⁴⁷ HARVEY, 2005, 2011 apud MEDEIROS, 2019.

⁴⁸ SANTOS, 2018.

⁴⁹ Id., 2014.

⁵⁰ ABREU, 2006.

⁵¹ FRANZONI, 2014, p. 81.

A pesquisadora Marcela Münch analisa o espaço urbano a partir do recorte do colonialismo, no contexto da dominação e estratificação latino-americana imposta por um determinado grupo, formado pelo homem branco, cristão, dono de terras e de bens⁵², cuja chegada à América “significou a articulação das dicotomias centro/periferia, civilizado/bárbaro, branco/índios, branco/negros, proprietários/não proprietários”⁵³.

Ao tratar do conceito de matriz colonial de poder, atribuído a Aníbal Quijano, Münch traz o seguinte entendimento:

A colonialidade de poder se traduz num padrão que organiza as diferentes raças e gêneros numa hierarquia global, combinada com uma divisão de distintas formas de trabalho articuladas simultaneamente em torno do capital. Assim, às subjetividades a partir de então subalternas – portanto, aos índios, negros, mulheres – estava destinado o trabalho coercitivo, enquanto ao homem, branco, europeu e, mais tarde, àqueles forjados à sua semelhança, caberia o trabalho assalariado livre⁵⁴.

Os segmentos à frente do processo de independência da América Latina – formados pela elite colonial da época, próxima ao ideário colonizador – se encarregaram de continuar com o projeto de submissão dos grupos dominados e da concentração do poder e dos meios de produção, influenciando na urbanização de suas cidades, séculos depois. O que se tem, ainda hoje, é uma sociedade marcada pelo resultado dessa política segregatória institucionalizada pelos detentores de poder⁵⁵.

Hoje, a relação metrópole-colônia se traveste de uma dominação mais sutil – com raízes nas dualidades reforçadas ao longo de séculos –, caracterizada pela influência exercida pelo grande capital. O neoliberalismo global abraçaria o discurso da imparcialidade, como se seus agentes estivessem de fora das nuances políticas, econômicas e sociais, quando na verdade as dominam. As violências institucionais perpetuadas são inerentes a essa dinâmica, e não um resultado que escapa ao seu controle⁵⁶.

⁵² MÜNCH, 2017.

⁵³ *Ibid.*, p. 97.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 97.

⁵⁵ *Ibid.*

⁵⁶ CORONIL, Fernando. Natureza do pós-Colonialismo: do Eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 50-62.

Na verdade, a ingerência das grandes companhias é um fator determinante na tomada de decisões que regem a cidade. À medida que seus ganhos se expandem, sua influência política também se fortalece, o que as permite estabelecer um jogo estratégico sob o território, que corresponde aos seus interesses de atuação, e ainda com a cooperação do Estado⁵⁷. Santos indica alguns exemplos em que o Poder Público atua em colaboração às aspirações do mercado, como quando organiza projetos estratégicos ao setor privado, ou quando concede incentivos fiscais e promove linhas de crédito⁵⁸.

Essa nova forma de gerir o espaço urbano se pauta no planejamento estratégico, influenciado pela experiência e pelo *marketing* de Barcelona, por meio do qual a cidade passa a ser manejada como se fosse uma empresa, como explica Vainer. Lançada em meio a um cenário de competitividade voraz, seus dirigentes políticos a vendem como mercadoria, atentos às demandas do capital, em detrimento dos problemas sociais inerentes a um sistema que silencia diante da pobreza e das desigualdades urbanas⁵⁹.

A condução da cidade como empresa a transforma em um dos sujeitos do mercado, encontrando a partir dele sua forma de planejamento. A ação pública aceitável, dentro deste raciocínio criticável, seria voltada para a manutenção dessa ordem econômica na política urbana estabelecida, aliada ao setor privado mediante parcerias. A perpetuidade dessa conjuntura rejeita a abertura para o pensamento político disruptivo, que poderia prejudicar o suposto consenso – de quem possui o poder para estabelecê-lo – em torno do sucesso da “cidade-empresa”, bem como dos interesses de quem a controla⁶⁰.

As predileções socioeconômicas marcam essa associação entre o setor público e o capital milionário, que “rasga” o território urbano e redefine vizinhanças. No próximo subtópico, esse processo será analisado no cenário carioca, onde o problema das remoções foi intensificado com a expansão da malha rodoviária e com o programa “Minha Casa Minha Vida”⁶¹.

⁵⁷ SANTOS, 2018.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ VAINER, 2000.

⁶⁰ Ibid.

⁶¹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

1.4.2 Os empreendimentos público-privados e a problemática das remoções

Na contemporaneidade, acompanhando as novas tendências econômicas internacionais, o Estado brasileiro se reinventou, ao modificar as estruturas da Administração Pública, através da Emenda Constitucional nº 19/1998. Nessa reforma, os limites financeiros e gerenciais da seara pública foram questionados, sendo concebida a noção da incrementação da participação privada, por meio das PPPs, na execução de políticas públicas. A atuação direta estatal foi freada, para que se concentrasse mais na regulação das atividades⁶².

As parcerias público-privadas representam uma nova forma de gestão pública, em que o serviço é delegado a um parceiro privado, em troca de remuneração total ou parcial propiciada por recursos públicos. Nesses contratos, a pessoa jurídica privada se encarrega da construção ou suporte de determinada estrutura, ou do gerenciamento de atividades, tendo como destinatário final o Poder Público ou o povo⁶³.

O Estatuto da Cidade, sancionado em 2001, previu mecanismos que otimizassem a realização das PPPs, com o intuito de agregar maior eficiência à gestão urbana⁶⁴. A lei se preocupou com a condução democrática da cidade, através da cooperação entre os três setores – Estado, iniciativa privada e sociedade civil⁶⁵. Em uma realidade ideal, ambos os valores – desenvolvimento urbano e integração social – poderiam coexistir em equilíbrio, contudo a teoria não contempla que se observa na prática. Conforme os apontamentos de Medeiros.

[...] o progresso trazido com o neodesenvolvimentismo, tem seu preço para os habitantes locais, que mesmo tendo, em teoria, o direito a participar das decisões sobre os rumos dos territórios que ocupam, ficam a mercê das decisões dos gestores públicos em seus negócios com a iniciativa privada, que mais levam em conta as demandas do mercado do que os impactos negativos na vida da população afetada. Esses seriam, portanto, indícios de uma falta de compatibilização entre as conquistas legislativas relacionadas ao urbanismo social e os pactos do governo federal comprometidos com questões mercadológicas⁶⁶.

⁶² MEDEIROS, 2019.

⁶³ ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

⁶⁴ MEDEIROS, op. cit.

⁶⁵ BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. **Vade Mecum Saraiva OAB**. 17. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

⁶⁶ MEDEIROS, 2019, p. 29.

Não se despreza o papel do Estado nessa conjuntura neoliberal, pois ele funciona como um intermediador entre os interesses de agentes econômicos⁶⁷. Harvey⁶⁸ aponta uma guinada na forma de governança urbana, no qual o administrativismo é suplantado pelo viés do empreendedorismo urbano, movido pelos esforços de diferentes agentes, em coalizão, ainda que por razões próprias. Esse arranjo teria seu sustentáculo nas parcerias público-privadas, cuja prática empreendedora é inerente à sua constituição, e concentraria sua atenção nas potencialidades político-econômicas de um determinado lugar, para onde se voltariam as demandas especulativas, em detrimento das demandas sociais⁶⁹.

O direcionamento pode se concretizar de diversas formas, a exemplo das flexibilizações na gerência do meio urbano para abrir espaço à intervenção de agentes capitalistas, e até mesmo através do uso da força para assegurar sua influência⁷⁰. Nesse cenário, o Estado põe em prática duas formas de intervenção na propriedade: a desapropriação e a remoção.

Enquanto na desapropriação a transparência dos atos é mais evidente, visto a necessidade de publicação em Diário Oficial, a remoção não leva em consideração o regime de propriedade, então a burocracia do procedimento é menor. Não há necessidade sequer de publicação em veículos oficiais. Bastaria mera comunicação do órgão executor à Secretaria de Habitação, conforme explicam Faulhaber e Azevedo⁷¹.

Ocorre que, mesmo revestindo-se de maior transparência, uma vez decretada a desapropriação, pouco se pode fazer para revertê-la, uma vez que é dotada de interesse público. O argumento genérico da utilidade pública como motivador do decreto expropriatório e a falta de debates e explicações sobre o porquê da intervenção tornam o processo nebuloso, trazendo o risco de o morador afetado não receber uma indenização devidamente justa, pela ausência de conhecimento jurídico do tema⁷².

⁶⁷ MEDEIROS, 2019.

⁶⁸ HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

⁶⁹ Ibid.

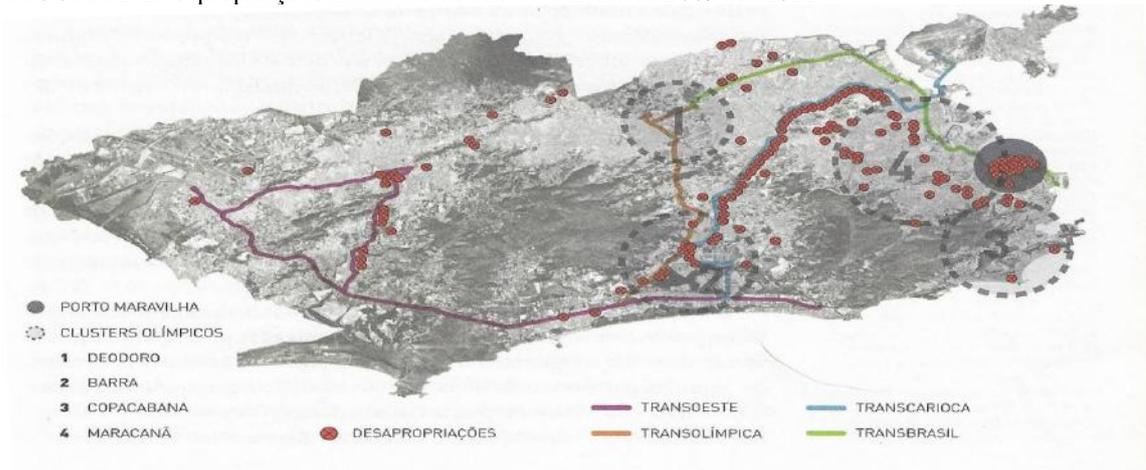
⁷⁰ MÜNCH, 2017.

⁷¹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁷² Ibid.

Isso atinge principalmente habitantes de comunidades carentes, que dificilmente terão condições técnicas de contra-argumentar as razões do Poder Público, tradicionalmente colocadas como incontestáveis pelo princípio da supremacia do interesse público. A figura abaixo mostra locais estratégicos onde ocorreram desapropriações, muitas delas acompanhando as linhas por onde foram projetadas as rodovias em destaque:

FIGURA 2: Desapropriações na cidade do Rio de Janeiro de 2009 até 2012.



FONTE: FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

Buscando a continuidade da política desenvolvimentista urbana e frear os efeitos da crise de 2008, o país investiu em dois programas – os projetos do PAC e do Minha Casa Minha Vida –, fomentando as parcerias público-privadas. Esses programas, contudo, protegiam os agentes envolvidos nessas parcerias, notadamente empreiteiras e construtoras, bem como o setor imobiliário, deixando de considerar as demandas da população afetada⁷³.

Tais escolhas de gestão pública – voltadas à aplicação de patrimônio público conforme as demandas do capital – endossam o processo de priorização da “cidade econômica”, marcada pela urbanização corporativa e orientada pelos interesses empresariais, em prejuízo da “cidade social”, conceitos trabalhados por Santos⁷⁴.

Para concretizar o ideário revitalizador, a retirada em massa de moradores é posta como solução. Um total de 10.621 casas teriam sido removidas até abril de 2012, a partir de dados coletados por Faulhaber e Azevedo na SMH. Como contrapartida, esta Secretaria teria oferecido

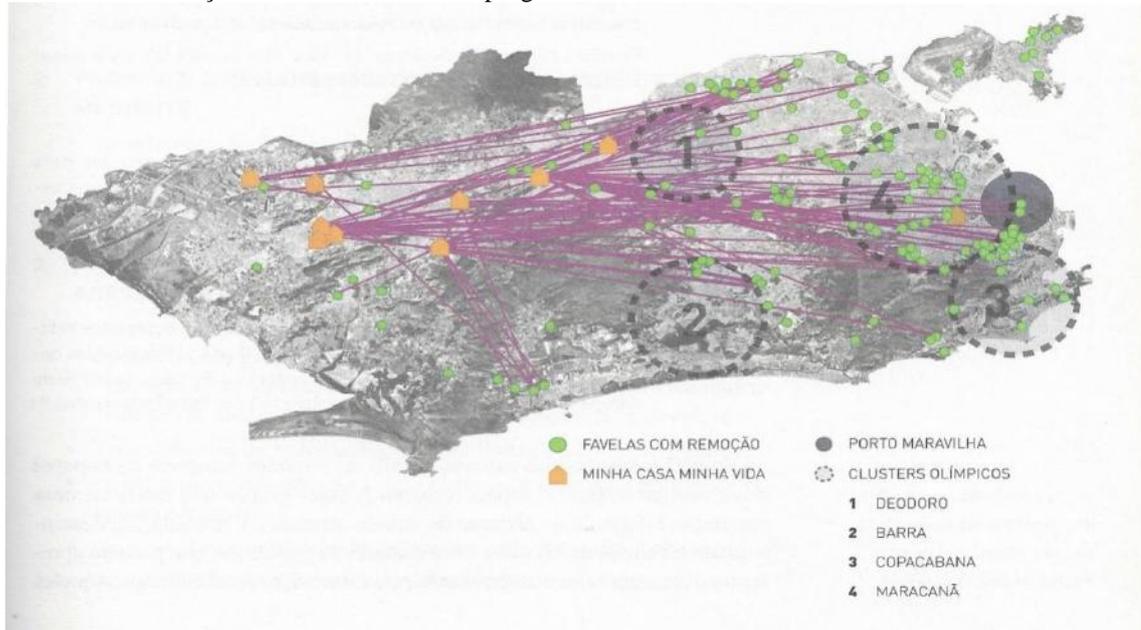
⁷³ MEDEIROS, 2019.

⁷⁴ SANTOS, 2018.

três opções: indenização, aquisição assistida ou auxílio aluguel. Dentre esse contingente, a maioria optou por receber o aluguel, enquanto aguardava por longo período o reassentamento em área abrangida pelo programa Minha Casa Minha Vida⁷⁵.

A figura abaixo aponta a interrelação entre os empreendimentos do MCMV e as diversas remoções ocorridas em comunidades do Rio de Janeiro:

FIGURA 3: Remoções em comunidades e o programa MCMV – Abril de 2012



FONTE: FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

No entanto, apesar da proposta inicial de promoção de moradia e qualidade de vida, é possível apontar algumas críticas ao projeto. Para começar, as áreas destinadas à realocação de famílias são muito distantes do centro da cidade, dificultando a inserção dos moradores em seus serviços e espaços⁷⁶.

Os moradores passaram a habitar, majoritariamente, na Zona Oeste, longe das maiores oportunidades de emprego, e enfrentaram dificuldades para se integrar à cidade. Algumas edificações do programa apresentaram precocemente problemas com a infraestrutura e com alagamentos. Para agravar a situação, a milícia que comanda áreas abrangidas pelo MCMC ainda realiza cobranças intimidadoras de taxas de serviços aos moradores⁷⁷.

⁷⁵ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁷⁶ MEDEIROS, 2019.

⁷⁷ FAULHABER; AZEVEDO, op. cit.

O reassentamento vinha sendo utilizado, segundo denúncias mencionadas por Medeiros, pelos gestores públicos municipais de forma a viabilizar a remoção de comunidades estabelecidas em áreas dotadas de valorização socioespacial e palco da especulação imobiliária⁷⁸.

A alocação seletiva de investimentos em diferentes meios de mobilidade urbana também fomenta a desocupação geográfica específica e segregatória. Enquanto nas áreas mais ricas o Poder Público escolhe investir no projeto metroviário, o qual não demanda demasiada intervenção na propriedade, o mesmo não ocorre em localidades carentes. É o que se pode perceber, por exemplo, com os empreendimentos dos BRTs em superfície, que – além de demandarem desapropriações – trazem consigo a agregação de valor dos perímetros onde são implementados, em benefício dos investidores privados⁷⁹.

Os corredores rodoviários comportam a Transcarioca, a Transoeste, a Transolímpica e a Transbrasil. O Plano de Reestruturação Urbana do Corredor T5/Transcarioca marcava as áreas de maior interesse para as construções, potencializando empreendimentos de revitalização e direcionando, desse modo, os locais que demandariam as desapropriações⁸⁰. Entre eles estavam as seguintes favelas, como enumeram Faulhaber e Azevedo: Arroio Pavuna, comunidade São Francisco de Assis, Vila Sapê, Chácara do Tanque, Chacrinha do Mato Alto, Vila Campinho, Comendador Lisboa, Vila Santo Antônio, Uga-Uga, Avenida Teixeira de Castro e Parque União⁸¹.

No antigo governo de Paes como prefeito do Rio de Janeiro, houve um fortalecimento da periferização socioespacial, em que a gestão da cidade foi marcada pela remoção de segmentos vulneráveis para perímetros cada vez mais distantes⁸², como se percebe a partir dos mapeamentos relativos às desapropriações e às remoções. A periferização, contudo, não se limita à ideia de distância geográfica da centralidade, como também abarca a noção de inacessibilidade de bens e serviços que a cidade oferece⁸³.

⁷⁸ MEDEIROS, 2019.

⁷⁹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁸⁰ *Ibid.*

⁸¹ *Ibid.*

⁸² *Ibid.*

⁸³ ABREU, 2006.

Nesse sentido, compreende-se que os grupos periféricos não se caracterizam apenas por aqueles que vivem afastados dos centros financeiros e de lazer da cidade, onde as maiores oportunidades de trabalho e entretenimento costumam se concentrar, como também incluem os moradores de área próximas a eles – ou até mesmo dentro deles – que não se veem imersos nos proveitos que esses espaços geram.

A crise urbana é intensificada, na medida em que amplas atividades se desenvolvem como reflexo de interesses socioeconômicos, e grande parte da população continua a não ter acesso aos empregos e aos serviços proporcionados⁸⁴. Esses grupos são submetidos a uma posição marginalizada, perante uma política desprovida de conteúdo social, direcionada à expansão do mercado⁸⁵.

Na atual conjuntura de maximização de lucros e trocas de favores político-econômicos, as necessidades básicas dos segmentos afetados são negligenciadas. Nas palavras de Medeiros:

Não há dúvidas de que o País carece de programas habitacionais e de infraestrutura, no entanto são os modelos escolhidos pelo governo que são questionados. Afinal, a tentativa de conciliar a necessidade desses programas com formas de beneficiar a iniciativa privada envolvida em sua implementação, acaba por relativizar as demandas concretas da população e os paradigmas do urbanismo social⁸⁶.

Da leitura da bibliografia levantada até o momento, entende-se que o Estado, que deveria ser um garantidor da qualidade e da dignidade da vida humana, se adequa aos interesses das grandes empreiteiras, construtora e imobiliárias, submetendo milhares de pessoas a planejamentos questionáveis, cujas necessidades não são consideradas. Sobre a ressignificação do Estado em matéria de política urbana, cabe ressaltar o entendimento de Münch:

Essa mudança no papel do Estado se reflete na crítica do tradicional planejamento urbano, associado a um Estado Planejador e que tem como peça fundamental o Plano Diretor. A cidade passa a ser gerida como se empresa fosse, e estivesse em constante competição com outras no mercado global pela atração de capitais, turistas e eventos, cabendo ao Estado apenas ajustá-la para uma relação amigável com o mercado. Para

⁸⁴ SANTOS, 2018.

⁸⁵ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁸⁶ MEDEIROS, 2019, p. 19-20.

tanto, é necessário flexibilidade, a palavra-chave desse novo formato de planejamento urbano, chamado de planejamento estratégico⁸⁷.

A nova forma de gerir a cidade, encarando-a como uma oportunidade empresarial, é contraditória com os próprios fundamentos principiológicos do documento normativo que a conduz – em especial, o Plano Diretor do Rio de Janeiro. Não se vislumbra a real preocupação em garantir a função social da cidade, muito menos a democracia participativa na tomada de decisões que atingem um determinado meio urbano. Ao contrário, o modelo exploratório – herança dos tempos de Colônia/Império/República – se mantém, com arcabouço institucional renovado, para não parecer tão escancaradamente desigual.

É possível extrair dessa política a aparente união entre o interesse público e o privado, pois são colocados de um mesmo lado, conforme Compans. O território socioespacial passa a ser visto como um potencializador de capitais, de modo a efetivar sua reprodução. O conflito de interesses é mostrado como algo ultrapassado, tornando o discurso algo essencialmente técnico⁸⁸, enquanto a junção dos mesmos “assume a forma jurídico-política da parceria público-privada, uma associação entre a iniciativa privada e o poder local para promover objetivos apresentados como comuns”⁸⁹.

A fala política se dissocia de seu aspecto social, para se concentrar no discurso do progresso urbano e no aproveitamento máximo do espaço. Os apelos daqueles que lutam contra as remoções e as desapropriações comunitárias são deixados de fora.

O entrosamento entre o Estado e os interesses do mercado, viabilizado através das PPPs, assinala a trajetória contemporânea da cidade do Rio de Janeiro, que se viu diante de um novo marco: a chegada dos mais relevantes megaeventos esportivos do mundo, dentre os quais se incluem os Jogos Olímpicos de 2016.

⁸⁷ MÜNCH, 2017, p. 102.

⁸⁸ COMPANS, 2005 apud MÜNCH, 2017.

⁸⁹ Ibid., p. 103.

2 A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O PROJETO OLÍMPICO: EM BENEFÍCIO DE QUEM?

A chegada de megaeventos esportivos ao país reafirmou a ligação entre o setor público e o privado em matéria de revitalização urbana⁹⁰, uma vez que demandava investimentos em diversas áreas. Não se trata apenas de construir estádios e demais instalações esportivas. A cidade do Rio de Janeiro, ao ser escolhida como uma das principais sedes da Copa do Mundo de 2014 e casa dos Jogos Olímpicos de 2016, experimentou mudanças significativas em sua infraestrutura urbana, de forma a maximizar setores da economia interessados no sucesso destas empreitadas. O presente capítulo foca no desenvolvimento do projeto olímpico, discorrendo sobre os esforços dos agentes envolvidos para que ele se tornasse realidade, bem como os tipos de discursos que o sustentava. Busca-se entender, em suma, a quem os Jogos Olímpicos de 2016 interessaria, e a quem renegaria.

2.1 A concepção do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica

Nos últimos anos, o carioca acompanhou em seu cotidiano as mudanças pelas quais a cidade do Rio de Janeiro passou desde o momento em que foi escolhida como sede de grandes cerimônias esportivas. O Elevado da Perimetral foi abaixo, o centro do Rio ganhou uma nova forma de transporte – o Veículo Leve sob Trilhos (VLT) –, a linha 4 do metrô foi construída, novas edificações empresariais se alastraram e atrações turísticas foram erguidas. Esses são apenas alguns dos exemplos de revitalização urbana no município que podem ser lembrados sem esforço pela autora deste trabalho, dentre tantos outros que existem e se revelam após uma pesquisa mais detalhada. As transformações, no entanto, não foram apenas no cenário da cidade. O legado dos megaeventos – Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 – conservaria seus bônus em algumas mãos, enquanto milhares de pessoas seriam submetidas aos ônus da revitalização urbana na capital⁹¹.

A política das remoções estava por trás dos investimentos milionários em novos negócios, mascarada pelos deslumbramentos de um Rio de Janeiro renovado, à época palco de eventos de alta visibilidade. A materialização dos megaeventos se encaixava dentro do novo padrão de

⁹⁰ MEDEIROS, 2019.

⁹¹ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015.

política urbana, que buscava a regeneração espacial e a atração de investimentos de diversas searas econômicas⁹². É vantajoso para o parceiro privado a realização de solenidades desse tipo, já que elas têm uma data para acontecer, trazendo certa garantia do adimplemento dos contratos – à custa da violação ao direito de moradia das comunidades que obstruem esse objetivo⁹³.

Com a ascensão do modelo neoliberal, foi estabelecido um certo consenso em torno do planejamento urbano competitivo, aliado aos interesses do mercado, em não haveria espaço para o pensamento crítico. O desenvolvimento a todo custo detém a competição como pressuposto⁹⁴, inclusive na corrida pela sede dos megaeventos esportivos.

Desde a década de 1990, a prefeitura vem gerindo a cidade a partir de projetos urbanos que contam com o suporte de instituições financeiras internacionais – como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e o Fundo Monetário Internacional⁹⁵. A condução das políticas urbanas foi repensada através da reinvenção da gestão municipal, da qual se esperava a adoção de agendas empreendedoras, em conformidade aos interesses do mercado⁹⁶.

Com a eleição de César Maia à prefeitura do Rio de Janeiro, em 1992, e a promessa de torná-lo uma cidade de relevância nacional, o gerenciamento competitivo da cidade ganhou contornos mais claros. Um exemplo consiste na realização do seminário, em 1993, denominado “Rio-Barcelona: estratégias urbanas”, em que consultores apresentaram os frutos dessa nova estrutura urbana, promovendo a experiência catalã⁹⁷.

Em 1994, o Rio de Janeiro apresentaria sua primeira candidatura às Olimpíadas de 2004, formulada pelos consultores catalães. Apesar desta derrota, e a da seguinte, em sua segunda

⁹² RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Subsídios para pensar os legados de megaeventos esportivos em seus tempos presente, passado e futuro. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.).

Legados de Megaeventos Esportivos. Brasília: Ministério do Esportes, 2008, p. 21-25.

⁹³ MEDEIROS, 2019.

⁹⁴ VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR). v. 14, 2011.

⁹⁵ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

⁹⁶ KAZAN, Juliana *et al.* Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro. *In*: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 115-130.

⁹⁷ MÜNCH, 2017.

tentativa, a cidade foi escolhida para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2007. A Zona Oeste já vinha sendo visada como palco de grandes celebrações, em consonância aos interesses de expansão imobiliária. Entretanto, para que se consolidasse como sucessora da Zona Sul e como novo *point* de negócios, dependia de terras adequadas à expansão, assim como um modelo de residência que agradasse as construtoras. Assim, exigiu-se a substituição de comunidade já instaladas por um novo padrão habitacional⁹⁸. Como resposta, a política de Eduardo Paes – então subprefeito – se encarregou de remover algumas favelas da Zona Oeste, como mostrado no capítulo anterior.

Mesmo com as duas negativas, os agentes interessados no projeto olímpico não se deixaram abater. O Executivo municipal cuidou de consolidar parcerias a nível local e estadual, além de criar suas próprias ramificações nessa seara. Azevedo e Faulhaber exemplificam esse novo cenário, expondo alguns episódios em que o Poder Público se aproximou do setor privado. Em 2009, foram criados o Programa Municipal de Parcerias Público-Privadas (PROPAR-RIO) e a Agência Rio-Negócios, como forma de atrair o segmento empresarial e incentivar a aplicação de capitais na cidade, ao contribuir para que os potenciais investidores entendessem as leis de incentivo no município e aproximá-los de fontes políticas e midiáticas. Um marco notório foi a criação da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), em 2009, encarregada de gerir os empreendimentos na área⁹⁹.

Todos esses esforços buscavam colocar o Rio de Janeiro em uma posição de destaque em um cenário contemporâneo, ao mesmo tempo em que correspondiam aos interesses dos investidores de expandir seus negócios.

Entende-se, a partir de Harvey, que a órbita de atratividade de uma cidade pode ser estimulada através dos investimentos em sua imagem material e imaterial. A estratégia englobaria tornar a cultura urbana algo mais extensivamente rentável, por meio da revitalização de locais de consumo – *shopping centers*, estádios esportivos, centros culturais, dentre outros exemplos – e do impulsionamento da indústria do entretenimento¹⁰⁰. No caso do Rio de Janeiro, Münch formula a seguinte crítica:

⁹⁸ MÜNCH, 2017.

⁹⁹ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

¹⁰⁰ HARVEY, 2005.

Os investimentos feitos na cidade em decorrência destes eventos concentraram-se em regiões específicas, escolhidas não de acordo com as demandas existentes de serviços, mas em consonância com a política urbana neoliberal, que aposta na canalização de recursos para polos de crescimento empresarial e especulação imobiliária no lugar de políticas de redistribuição de renda¹⁰¹.

Como resultado desses esforços, a capital fluminense foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, na gestão do prefeito Eduardo Paes. Antes da escolha da cidade como sede, seus dirigentes buscaram aproximar as políticas de execução e planejamento público de um escopo propriamente olímpico. O Comitê de Candidatura usou os Jogos Pan Americanos de 2007 não apenas como uma etapa de aprendizado, bem como sua estrutura física já erguida, a ser aproveitada nas Olimpíadas de 2016. Outro argumento utilizado foi a conquista do país pelo palco da Copa do Mundo de 2014, a qual também deixaria como herança seus estádios e outras estruturas¹⁰².

Diversas obras foram realizadas na cidade, para adequá-la ao cenário de globalismo urbano, como as obras de expansão dos BRTs e das linhas do metrô, os projetos do Porto Maravilha e do Parque Olímpico, além das revitalizações empreendidas em bairros de atração turística¹⁰³.

Assim, a cidade do Rio de Janeiro é lançada ao mundo como Cidade Olímpica, marcada por paisagens e construções deslumbrantes, ao mesmo tempo em que se mascarava a violência com a qual se lidava com as populações que ocupavam locais de interesse socioeconômico. Com os benefícios dos empreendimentos concentrados nos setores que já detinham o poderio econômico e político, as populações marginalizadas se viram à deriva da política urbana neoliberal.

2.2 Os Jogos Olímpicos de 2016 como estratégia política e econômica: o discurso do legado

¹⁰¹ MÜNCH, 2017, p. 36.

¹⁰² TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015.

¹⁰³ MEDEIROS, 2019.

Os tópicos anteriores foram importantes para que se compreendesse o ideário político econômico concernente à transformação do Rio de Janeiro em cidade-chave a nível nacional e global, a partir da atuação conjunta de atores públicos e privados. Mais do que atrair investimentos para o aporte de recursos e para a exploração do espaço, era necessário que o mundo olhasse para a capital carioca, e que a visse como uma cidade de múltiplas faces. Em outras palavras, de modo a merecer ser posta como referência no sentido financeiro e cultural. Desenvolveu-se, então, um novo perfil competitivo¹⁰⁴ – promovido por gestores políticos e agentes econômicos –, em que se primou pela remodelação urbana e pela realização de megaeventos, principalmente de natureza esportiva¹⁰⁵.

Faulhaber e Azevedo expõem que os anos que antecederam os megaeventos foram marcados pelo alinhamento entre os entes públicos das três esferas de poder. A união partidária entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – este representado no Rio de Janeiro pelo governador Sérgio Cabral e pelo prefeito Eduardo Paes – se expandiu para o mercado, sendo possível garantir aportes das searas públicas e privadas na capital¹⁰⁶.

Essa coalisão entre governos foi fundamental para o alinhamento de políticas públicas e de investimentos, que favoreceu a candidatura do país como sede de megaeventos esportivos. Se antes os esforços eram concentrados pelo poder municipal – visto a atuação de César Maia nas fracassadas tentativas anteriores –, dessa vez havia um compartilhamento de interesses pela projeção internacional do país através dessas cerimônias, abraçado até mesmo por opositores políticos¹⁰⁷.

Para que pudesse conquistar o título de casa dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016, o Comitê da Candidatura Rio 2016 preparou um dossiê, de forma a mostrar sua capacidade em ser um país-sede, além dos benefícios que o evento traria consigo¹⁰⁸. Em carta ao Dr. Jacques Rogge, presidente do Comitê Olímpico Internacional à época, se observa a seguinte passagem:

¹⁰⁴ VAINER, 2000.

¹⁰⁵ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

¹⁰⁶ Ibid.

¹⁰⁷ OLIVEIRA, 2012.

¹⁰⁸ BRASIL, 2009.

A Candidatura Rio 2016 é um projeto coeso e integrado, movido pelo esporte, e que congrega atletas e toda a comunidade esportiva em torno dos benefícios duradouros que esses Jogos irão proporcionar. A candidatura também goza do apoio total e unificado dos três níveis de Governo envolvidos. Como líderes governamentais e esportivos, estamos todos determinados em fazer todo o possível para assegurar que os Jogos Rio 2016 sejam lembrados pela celebração e transformação. No entanto, também estamos todos cientes de que temos pela frente anos de trabalho árduo, tanto individual quanto coletivo, na sua preparação e organização.

Aprendemos muito com a realização bem-sucedida dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos Rio 2007. E nos beneficiamos do legado físico desses Jogos, infraestrutura e novas instalações do evento. Mais recentemente, temos ouvido e aprendido muito com o Comitê Olímpico Internacional (COI) e com o Comitê Paraolímpico Internacional (IPC) durante a candidatura¹⁰⁹.

Além de ressaltar a união de vontades das três esferas de Governo, a estabilidade econômica do país e os legados dos megaeventos também são abordados:

Nosso compromisso é evitar qualquer risco em relação à realização dos Jogos e para tanto temos desenvolvido uma modelagem econômica robusta de seus investimentos, os quais irão beneficiar-se dos recursos de US\$ 240 bilhões já aprovados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal. Todos os investimentos servirão para gerar legados substanciais, tangíveis e significativos para a população do Rio e do Brasil e são alinhados com nossos planos de desenvolvimento a longo prazo.

Mesmo frente às dificuldades econômicas mundiais, podemos garantir que os fundos para a candidatura Rio 2016 estão assegurados e que a economia brasileira é estável. Hoje ocupando a posição de décima economia mundial e com indicativos que se tornará a quinta até 2016, o Brasil está apto a cumprir todas as exigências projetadas para os Jogos.

Além disso, o Brasil sediará a Copa do Mundo de Futebol da FIFA de 2014. Este evento fará com que nosso investimento de capital seja maximizado e compartilhado pelos dois grandes eventos estimuladores de desenvolvimento, permitindo uma prévia e melhor preparação para os Jogos. Os investimentos de ambos os eventos são compatíveis com nossa estratégia econômica de longo prazo para gerar investimentos produtivos internos, fomentar o turismo e promover o Brasil nos mercados globais¹¹⁰.

Existe uma série de fatores que contribui para a formação do discurso pró-megaeventos. Eles são concebidos como oportunidades de impulsionar a reputação internacional não apenas do país-sede, assim como das cidades em que os eventos são planejados para ocorrer, resignificando seu campo simbólico de influência¹¹¹. Pela capacidade de movimentação de capitais – econômicos, políticos e simbólicos, segundo Oliveira –, a escolha das sedes é precedida de uma concorrência obstinada entre as nações candidatas. Como impacto, os

¹⁰⁹ BRASIL, 2009.

¹¹⁰ Ibid.

¹¹¹ OLIVEIRA, 2012.

megaeventos acabam deixando mudanças institucionais e regulatórias, como se tamanha recomposição fosse justificada pela chance de sediá-los¹¹².

A avidez por resultados exitosos não permite muito espaço para a análise da problemática social inerente a esses eventos. Não é conveniente mostrar a quantidade de famílias que foram removidas de suas casas, ou o sofrimento de comunidades que lutam para permanecer. A alienação coletiva quanto ao custo social dos megaeventos é benéfica para o desenrolar dessas empreitadas, que envolve interesses que vão além do esporte.

Os megaeventos demandam, antes de tudo, um investimento bilionário. Na ocasião da Copa do Mundo de 2014, R\$ 8,3 bilhões foram gastos apenas em estádio, segundo reportagem do Globo Esporte¹¹³. Outra matéria do veículo de comunicação, publicada em junho de 2017, revela que os custos dos Jogos Olímpicos de 2016 foram da cifra de R\$ 41 bilhões de reais, número que engloba aportes públicos e privados¹¹⁴.

Eventos dessa magnitude não requerem apenas a liberação do terreno para a construção das estruturas em que as competições ocorrerão. Uma análise ampla de planejamento antecipado engloba, ainda, o sistema de mobilidade urbana para o acesso aos estádios e arenas, locais para o alojamento dos atletas e a revitalização de espaços para a repaginação da cidade-sede. E isso tudo é caro.

A preparação para um cenário de gastos significativos no meio urbano exige o apoio da opinião pública, para ser dotada de maior legitimidade – além de reduzir obstáculos com protestos. No caso do Rio de Janeiro, cidade com alto número de favelas, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) são inseridas nas comunidades de forma a passar um recado à sociedade e ao mercado, como braços do Estado em um processo de controle da desordem estigmatizada¹¹⁵.

¹¹² OLIVEIRA, 2012.

¹¹³ GOVERNO divulga valores finais da Copa: R\$ 8,3 bilhões em estádios. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 04 jan. 2015. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/01/governo-divulga-valores-finais-da-copa-r-83-bilhoes-em-estadios.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

¹¹⁴ FILIPO, Leonardo. Custo dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões. **Globo Esporte**, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos-olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2020.

¹¹⁵ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

O consenso em torno do planejamento estratégico se apoia na concepção de um cenário de crise e na projeção do que Vainer chama de “patriotismo de cidade” – mais seguro por ser mais duradouro que a ideia da crise –, o qual promove uma cidade unida em torno de seus objetivos de progresso¹¹⁶. Em seu entendimento:

Com tal objetivo, o urbanismo monumentalista patriótico é reentronizado, produzindo ao final do século XX os novos arcos do triunfo do capital transnacionalizado. A instrumentalização imediata e consciente das tecnologias urbanísticas e arquitetônicas, bem como de capitais, para mobilizar consciências, é claramente enunciada como tendo por objetivo primeiro alimentar o *patriotismo cívico*¹¹⁷.

Dessa forma, os grandes eventos são veiculados através de *marketing* que deslumbram o povo, proporcionando-lhe a ideia de pertencimento a uma cidade de importância mundial, que sediaria em breve um extenso cronograma de solenidades esportivas. Para manter esse posto, não foi difícil obter relativo consenso favorável às reformas urbanas¹¹⁸.

Para essa rede de apoio se sustentar, especificamente quanto aos megaeventos esportivos, também seria necessário afirmar com entusiasmo as supostas heranças positivas que eles deixariam para o país e para a cidade-sede. O discurso do legado é parte integrante dessa propaganda, tendo o termo aparecido pela primeira vez, neste contexto, na Carta Olímpica de 2003, podendo ser dividido em “tangíveis” e “intangíveis”. Enquanto estes estão relacionados à projeção da imagem global do país, ao fortalecimento da identidade nacional e ao estímulo do turismo e da cultura dos esportes, aqueles se referem aos efeitos econômicos advindos dos investimentos públicos e privados para a execução de obras esportivas e para a revitalização do meio urbano¹¹⁹.

O Ministério do Esporte, em parceria com outras instituições, organizou um documento de mais de 600 (seiscentas) páginas, no qual abordou frequentemente os legados atribuídos aos megaeventos esportivos, no ano de 2008, com a participação de dezenas de colaboradores. À época, o Brasil havia sido a casa dos Jogos Pan e Para-Pan Americanos de 2007, e em breve seria o anfitrião de outras duas grandes celebrações do esporte mundial. Por isso, se fazia necessário demonstrar sua importância para o país. Este trabalho chama a atenção para o

¹¹⁶ VAINER, 2000.

¹¹⁷ Ibid., p. 94-95.

¹¹⁸ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

¹¹⁹ OLIVEIRA, 2012.

seguinte apontamento: apesar de terem sido encontradas justificativas questionáveis, em aspecto sociológico, para essas cerimônias, em outros pontos o documento trouxe análises sensatas sobre o *dever ser* dos megaeventos – ou seja, que o seu planejamento deveria conjugar aspectos socioambientais e econômicos, em um cenário sustentável –, sem adentrar com profundidade, porém, em questões problemáticas.

As seguintes perspectivas são introduzidas, em capítulo elaborado pelas colaboradoras Rodrigues e Pinto:

Reconhecer que megaeventos esportivos podem estruturar possibilidades para uma cidade e, porque não dizer, para um país, é entender que há diversos conhecimentos que são adquiridos e que devem ser difundidos articulados a esses acontecimentos. O Dr. Holger Preuss – outro conferencista internacional do Seminário- aponta que os jogos são um catalisador importante de melhorias da qualidade devida. Podem ajudar a acelerar o processo de regeneração de uma cidade nas mais diversas áreas como habitação, transporte, segurança, convivência, educação, sucesso econômico e outras, oportunizando legados tangíveis e intangíveis. Daí a importância da coesão: ao reconhecer que é fundamental a base do conhecimento, manter a relação com o passado e o impulso do sucesso, entender que os legados podem ser individuais e coletivos e que é preciso manter a participação e a mobilização dos diversos atores, conseguida pelos megaeventos, para dar continuidade ao processo de desenvolvimento.

O mesmo pode-se dizer sobre a importância do desenvolvimento científico e tecnológico dos esportes e seus efeitos nas mudanças sociais, culturais, econômicas e ambientais. O que está em jogo é muito mais: é a própria (re)organização social urbana na qual o megaevento se realiza e a definição dos papéis a serem desempenhados por todos setores sociais

Para isso, é preciso encontrar uma forma balanceada de gestão dos legados, atendendo não apenas às exigências específicas do esporte e aos interesses particulares de grupos e setores. É também fundamental contemplar o desenvolvimento sustentável e atender as necessidades da sociedade civil.

Em termos de legados sociais, os megaeventos esportivos, ao modificarem a estrutura e o cotidiano de uma cidade, precisam beneficiar toda a população. Ou seja, mesmo que o espetáculo esportivo “ao vivo” não tenha como expectador o indivíduo mais pobre, esse pode ser beneficiado pelas inúmeras ações que fazem parte do megaevento (operários que trabalharam na construção e manutenção dos equipamentos esportivos e de infra-estrutura em geral, cidadãos que passam a utilizar um transporte coletivo de melhor qualidade, equipamentos públicos de esporte e lazer...). Isso faz parte do capital simbólico acumulado no processo¹²⁰.

Se utiliza com alguma facilidade o termo “regeneração”, no contexto urbano, como parte do argumento lógico financeiro embutido na realização dos megaeventos, mesmo que essa expressão ressoe com alguma estranheza. Este trabalho buscará analisar a problemática dessa

¹²⁰ RODRIGUES; PINTO, 2008, p. 23-24.

expressão no próximo tópico, reservado para tecer considerações a respeito das omissões dentro do discurso dos legados.

Em que pese a preocupação das autoras do excerto acima em atender a um legado social mais abrangente, o livro faz pouco uso de termos especialmente sensíveis, em sua integralidade, que estão diretamente relacionados aos ônus dos megaeventos esportivos. Em rápida pesquisa na ferramenta de busca, a palavra “remoção” foi localizada em três ocorrências, em um documento de centenas de páginas, sendo apenas uma delas relacionada ao desalojamento humano. O termo “segregação” foi encontrado uma vez apenas.

Entre os possíveis legados apontados por Villano *et al*, destacam-se os seguintes, em síntese: construção de instalações esportivas; obras de adaptação urbana; planejamento urbano pelos gestores públicos; maior alcance da imagem do país e do sentimento nacionalista, crescimento de oportunidades econômicas, de serviços e de trabalho; gestão administrativa compartilhada, e a realização de PPPs¹²¹.

Muito do que foi trabalhado no livro foi extraído das considerações do professor Holger Preuss, da Universidade de Mainz, Alemanha, compartilhadas no Seminário de Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos. Em uma dessas análises interpretativas sobre os debates arrolados, conjecturou-se que o custo financeiro da realização dos Jogos Olímpicos seria irrelevante se deparado com o PIB dos países-sede. Outro argumento utilizado no discurso pró-megaevento seria a circulação interna de dinheiro, promoção de novos negócios, impulsionamento do turismo e o estímulo ao capital simbólico da cidade e ao sentimento patriótico. Esses fatores gerariam um aumento significativo dos empreendimentos, com consequências sociais e econômicas¹²².

Em outro capítulo da obra, são mencionadas as obras de ampliação das rodovias, e apenas dois aspectos negativos são apontados, como entraves temporários que se justificariam em prol

¹²¹ VILLANO, Bernardo *et al*. Seminário “Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”: pontos de convergência. In: DaCOSTA, Lamartine *et al*. (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 47-50.

¹²² SILVA, Dirce Maria Corrêa da *et al*. Tendências atuais do conhecimento sobre gestão e economia de megaeventos e legados esportivos segundo Holger Preuss da Universidade de Mainz, Alemanha: texto interpretativo de apresentação oral e debates. In: DaCOSTA, Lamartine *et al*. (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 91-101.

da revitalização do espaço: “poluição sonora e engarrafamentos”¹²³. A problemática das remoções não é mencionada.

Em observação aos estudos de Vainer, Oliveira aponta que os megaeventos esportivos são recebidos como uma grande oportunidade de desenvolvimento econômico e instigação ao patriotismo, em um cenário de crise¹²⁴. A autora completa:

Desse modo, a realização do espetáculo esportivo se torna um poderoso instrumento de promoção do consenso em torno de uma agenda urbana que se direciona a produzir espaços adequados às lógicas e estratégias assumidas pelos grupos dominantes dentro dos processos de acumulação capitalista no momento atual¹²⁵.

No tocante às questões operacionais, havia uma extensa quantidade de exigências da FIFA e do COI para cumprir a agenda estabelecida para as cerimônias. Para que eles se tornassem viáveis, normas foram criadas para esse fim. Algumas delas foram a Lei 12.035/2009 (conhecida como Ato Olímpico), a Lei 12.663/2012 (conhecida como Lei Geral da Copa) e a Lei 12.462/2011, que previu o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Ainda que esta última não tenha emergido das demandas dos agentes internacionais ligados aos megaeventos esportivos, esse novo regime era uma resposta aos desafios de infraestrutura e de serviços que a sua materialização exigia¹²⁶.

Quanto às mudanças regulatórias, Toledo, Grix e Bega chamam atenção para a influência exercida pela FIFA e pelo COI, além de seus pares a nível nacional, no processo de adequação normativa, cuja concretização tornou-se possível graças à disposição do Estado em aderir às demandas dessas entidades. Cria-se, então, um aparato oficial dedicado aos megaeventos esportivos, permeado por ajustes institucionalizados, em prol da sua celebração¹²⁷.

As PPPs foram amplamente utilizadas para a construção das obras de revitalização urbana e de construção dos palcos esportivos, em consonância com o modelo de empreendedorismo urbano. Alguns investidores, ademais, estavam relacionados aos organismos internacionais

¹²³ VILLANO, Bernardo; TERRA, Rodrigo. Definindo a temática de legados de megaeventos esportivos. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 103-105, p. 104.

¹²⁴ OLIVEIRA, 2012.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 159.

¹²⁶ TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015.

¹²⁷ *Ibid.*

supracitados, atuando em colaboração ao setor público e aos financiadores privados, potencializando a capitalização destes agentes globais com o megaevento em si e com os direitos de imagem indissociáveis¹²⁸.

Assim, compreende-se como a conquista dos Jogos Olímpicos de 2016 foi fruto da articulação de diversos agentes e forças, tanto políticas como econômicas. No entendimento de Medeiros:

[...] não obstante as origens do “sonho olímpico” carioca estejam diretamente ancoradas na ideia do empreendedorismo urbano a partir da escala da local, o desfecho supostamente vitorioso desse processo, com a conquista das Olimpíadas de 2016, só se tornou possível através de uma conjunção de condições estruturais favoráveis com a ação combinada de diferentes agentes, públicos e privados, atuando em coalizões de interesses, articulados em todas as escalas da esfera nacional, em uma manobra que envolveu também uma forte articulação internacional¹²⁹.

A ampla veiculação da imagem simbólica e dos benefícios dos megaeventos sustentou o apoio de seus defensores e trouxe lucros aos seus idealizadores, inegavelmente. Contudo, é necessário questionar: o que o discurso dos legados dos megaeventos omite de forma proposital?

2.3 Omissões estratégicas inerentes ao discurso

Não se nega, deve-se logo ressaltar, a importância do esporte e dos eventos esportivos como meio de integração comunitária e de aperfeiçoamento dos atletas brasileiros, diversos dos quais têm como sonho poder representar o país nas Olimpíadas, Copa do Mundo, dentre outras cerimônias de relevância regional e global. Ainda há de se observar que o esporte e arte são – e sempre foram – uma das principais ferramentas de contenção da violência em comunidades, de forma a fomentar a participação cidadã em locais marcados pelo tráfico de drogas e pela truculência policial.

Contudo, a forma como esses megaeventos são conduzidos parece se dedicar a outro propósito maior que o próprio espírito esportivo. Um propósito que não vem estampado na suposta função social que a eles se atribui, e parece ser moldado para satisfazer os atores

¹²⁸ MEDEIROS, 2019.

¹²⁹ Ibid., p. 58-59.

políticos e econômicos – empresas, entidades nacionais e internacionais do esporte e gestores políticos – que planejam os seus bastidores. As consequências para o meio urbano são desastrosas do ponto de vista humano, com a minimização da problemática das remoções em prol do sucesso e das aparências dessas empreitadas. É o que Münch entende como “negação da política”, pois a tomada de decisões referentes à readequação urbana, visando ao progresso desenvolvimentista atribuído aos megaeventos, se torna cega e surda às opiniões divergentes, “doa a quem doer”¹³⁰. Na realidade, milhares de vidas são impactadas negativamente e submetidas a deslocamentos em benefício de projetos que não as contemplam.

O reordenamento de áreas disputadas é potencializado pelo planejamento de projetos desses vultos, cuja realização tem aspectos visceralmente ligados aos interesses políticos – de agentes cientes da necessidade de aprovação popular em futuras eleições – e econômicos, representados por construtoras, empreiteiras e concessionárias de serviços públicos. Esse processo atinge locais antes ocupados por segmentos familiares deixados à margem desse novo cenário.

Quando a reforma na paisagem urbana busca primordialmente o retorno econômico, através de construções faraônicas, sem se importar com a desconstrução da estratificação social e com as vidas das famílias afetadas, as remoções são postas como único caminho viável. A “regeneração urbana”, argumento tão utilizado como sustentáculo dos atuais modelos de megaeventos, pode ser lida como modificação do segmento social que irá ocupar e usufruir determinada área disputada.

Essa reforma socioespacial é tratada como primordial diante da necessidade do país-sede em causar boa impressão na preparação das cidades para os megaeventos. A imposição de um “compromisso patriótico”, termo utilizado por Vainer, em prol dos empreendimentos citadinos, favorece tamanho gerenciamento mercantil do meio urbano. É como se os reverses dessas empreitadas precisassem ser aceitos, como um ato de compreensão coletiva, que se justificaria em nome da conquista da atenção internacional, ao momento que determinada cidade é escolhida como sede de eventos e convenções¹³¹.

¹³⁰ MÜNCH, 2017, p. 104-105.

¹³¹ VAINER, 2000.

Contudo, a efetivação de uma agenda urbana, repleta de empreendimentos, obras e negócios traz consigo um peso social gigantesco a ser suportado por quem representa um óbice ao seu cumprimento. Esse processo implica gentrificação em massa, na medida em que traz demasiada oneração financeira, impossibilitando a permanência de famílias que não mais podem arcar com os custos de novas condições de habitação, além de frequentemente ser acompanhado por aparatos de coerção, como as remoções, e jurídicos, como as desapropriações.

No Rio de Janeiro, as políticas de remoção contemporâneas, ainda que tenham essência semelhante às que ocorreram no passado - segregação socioespacial de populações carentes – foram veiculadas como “remoções democráticas”, termo citado pelo então líder do governo na Câmara dos Vereadores, Adilson Pires (PT), em 2010, pois supostamente contariam com a participação comunitária, distinguindo-se das efetuadas anteriormente¹³².

Provavelmente, esta estratégia teria sido usada para conquistar o apoio da opinião pública, além de afastar a ideia de que uma segunda Reforma Passos estava sendo posta em prática, apesar das contradições em torno dos termos utilizados. Como já mencionado neste trabalho, entre 2009 e 2015 mais de 20 mil famílias foram obrigadas a deixar suas casas, conforme dados trazidos pelo Dossiê de Violações de Direitos Humanos, no Rio de Janeiro, estimando-se um número de 77.206 pessoas removidas. Ocorre que o argumento utilizado para sustentar muitas dessas remoções, no entanto, foge ao discurso olímpico e aos projetos relacionados a ele, como as obras do BRT, do Porto Maravilha e as realizadas no entorno do Maracanã, emergindo argumentos em torno da questão ambiental e do risco, o que nem sempre se mostra verdadeiro, de acordo com o dossiê¹³³.

As etapas que antecederam aos megaeventos esportivos que ocorreram no Rio de Janeiro foram guiadas pela atuação conjunta de forças públicas e privadas, como se pode compreender. Novos projetos urbanísticos foram postos em prática, em atenção aos interesses de agentes envolvidos, porém sem o planejamento necessário para o tratamento humano dos grupos que habitavam em áreas recém valorizadas, a quem foi imposta a remoção.

¹³² FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

¹³³ COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2015.

Filgueira, um dos colaboradores do livro do Ministério do Esporte acredita que o tempo pode mudar a percepção que divide os legados em positivos e negativos, e o impacto que era desfavorável antes pode se tornar algo benéfico ao longo dos anos, quando há um planejamento que contemple as políticas urbanísticas, ambientais, sociais e econômicas, como explicado pelo autor¹³⁴.

Observa-se que Filgueira buscou atentar para a problemática da inclusão social no discurso dos legados, que devem ser buscados a partir da liderança efetiva do Estado, em proteção aos direitos do cidadão. Seria um desafio, em sua concepção, a conciliação entre a realização dos megaeventos e a persecução da sustentabilidade socioambiental, de modo que os investimentos possam retornar aos cidadãos, em um processo que os contemple¹³⁵.

Ocorre que essa suposta democracia urbana fomentada pelos gestores públicos permanece no mundo das ideias, pois não é o que se observa na prática. Essas cerimônias possuem um alto custo social, pago em grande parte pela população marginalizada localizada em áreas de interesse político e econômico. A seletividade da gestão urbana, orientada primeiramente aos interesses de setores financeiros – os quais não por coincidência “apadrinham” personalidades políticas na corrida eleitoral –, é o que aparenta frustrar as projeções de Filgueira quanto à conciliação dos megaeventos esportivos com a questão da inclusão social responsável.

Quanto à reinvenção conveniente das normas regulatórias, Toledo, Grix e Bega entendem que o poder estatal se adequa às exigências externas por saber da alta popularidade e retornos econômicos que essas cerimônias geram, ainda que sejam questionáveis os próprios limites legais dos rearranjos efetuados para o cumprimento das demandas impostas. Especificamente quanto ao RDC – cuja criação, como falado em tópico anterior, não foi decorrente de uma imposição do COI, FIFA e afins, porém serviria como uma solução para a consecução das metas almejadas –, tal modelo era favorável às concessionárias de serviços públicos e fornecedoras de produtos, como construtoras e empreiteiras. Os interesses dos agentes envolvidos – públicos e privados – aceleraram o procedimento de aprovação dessa Lei pelo Congresso Nacional, aproveitando-se do cenário de preparação aos megaeventos esportivos, ainda que o debate

¹³⁴ FILGUEIRA, Julio Cesar Monzú. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional do esporte: cidade, cidadania e direito dos cidadãos. In: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 65-73.

¹³⁵ *Ibid.*

público acerca da modificação dos regramentos licitatórios ainda estivesse ocorrendo. Mesmo tendo “nascido” no contexto dos megaeventos, o RDC passaria a ser utilizado em diversos outros programas e obras governamentais¹³⁶.

Fica mais fácil vislumbrar, dessa forma, a associação entre os megaeventos e o que Vainer designa como “cidade de exceção”, a qual emerge em torno do discurso da crise urbana e da desregulação conveniente de aparatos institucionais¹³⁷.

Formalizada a coalizão Estado/mercado através das PPPs, convém apontar a crítica de Oliveira. No entendimento da autora, essas parcerias teriam como efeito – citando como exemplo os casos do Porto Maravilha e do Parque Olímpico – a apropriação de patrimônio público, financiado com dinheiro estatal, pela iniciativa privada, a valores que não corresponderiam aos recursos e esforços aportados pelo Estado nesses projetos¹³⁸.

Gilmar Mascarenhas questiona a forma como o desenvolvimento urbano é gerido, uma vez que se gera uma série de vantagens ao parceiro privado, em um contexto permeado por desregulações, no qual empreende-se a espetacularização dos projetos e a imagem da cidade¹³⁹.

Em estudo sobre os Jogos Pan-americanos de 2007, ademais, Mascarenhas argumenta que sua execução não teve como propósito fomentar socialmente as práticas esportivas. Manejou-se esse evento como um meio para um determinado fim, no qual se previam vultuosas movimentações de capital e novos empreendimentos urbanísticos, cujas benesses se voltariam às classes mais ricas¹⁴⁰.

Quanto às promessas não cumpridas do Pan, cabe registrar os apontamentos de Curi:

¹³⁶ TOLEDO; GRIX; BEGA, 2015.

¹³⁷ VAINER, 2011.

¹³⁸ OLIVEIRA, 2012.

¹³⁹ MASCARENHAS, Gilmar. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos - 2007. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (13), ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24513.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

¹⁴⁰ Ibid.

O Comitê Organizador do Pan-Americano de 2007 reagiu com uma candidatura que prometeu como legado, por exemplo, a construção de novas linhas de metrô, investimentos em projetos sociais e segurança pública, acesso da população aos estádios depois dos jogos, ganhos através da estimulação econômica e transformação social para todos. Essas propostas se inserem principalmente no tecnopanorama e se repetem na candidatura para os Jogos Olímpicos de 2016.

Durante a preparação para o Pan-Americano de 2007, se tornou rapidamente claro que não era possível cumprir essas promessas. A solução era a criação de algumas ilhas de excelência, ou seja, os estádios e ginásios, que poderiam ser mostrados na televisão para um público nacional e internacional. Os organizadores foram obrigados a se concentrar nessas áreas. O legado imediato dos habitantes foi transformado num legado de *marketing*, ou seja, um midiapanorama, que deveria se transformar mais tarde num legado social e econômico¹⁴¹.

As contraposições que este tópico está tentando desenvolver não se voltam essencialmente às obras de revitalização urbana. Para não soar contraditório, explica-se: revitalizar não precisaria significar remover, ao menos não na proporção que é feito. Os empreendimentos citadinos não precisam ser parte de um projeto de urbanização moderna que exclui as classes periféricas, segregando-as ainda mais. A crítica não precisaria sequer se voltar aos megaeventos esportivos, se todo o procedimento de preparação de suas estruturas principais (estádios e arenas) e secundárias (obras de infraestrutura, ampliação dos meios de transportes e do turismo) pudesse ser diferente, se pensado a partir de uma gestão urbana com senso comunitário e democrático.

Por que não integrar as comunidades ao projeto de urbanização e à realização dos megaeventos? Por que são os mais pobres que têm suas casas desapropriadas ou delas são removidos no processo de revitalização urbana? Por que não se tenta chegar a uma solução que não prejudique apenas um lado? Seria possível um modelo de megaevento diferente? Este trabalho não consegue responder todas essas perguntas. Contudo, está sendo feito um esforço para entender parte da problemática social embutida no discurso e na realização de eventos dessa magnitude, buscando mostrar o que não é dito de forma transparente por seus defensores, em omissão claramente estratégica, pois não seria favorável ao sustentáculo de legitimação.

O “casamento” do Poder Público com as grandes corporações não é concebido de forma a corrigir injustiças perpetuadas no processo urbanizatório; pelo contrário, reforçam-nas, pois

¹⁴¹ CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013, p. 79. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200003. Acesso em: 15 jul. 2020.

os recursos públicos que poderiam ser voltados às demandas prioritárias da população acabam investidos em operações que concentram a renda e os benefícios que por ventura poderiam surgir, distorcendo dispositivos legais garantistas¹⁴².

Consoante analisa Maricato, trazendo à tona a negligência de áreas prioritária em prol dos megaeventos:

Com os megaeventos da Copa do mundo em 2014 e das Olimpíadas em 2016 (no Rio de Janeiro), vemos uma radicalização da febre que acompanha o atual “boom” imobiliário. Seguindo a trajetória dos países que sediam esses grandes eventos, a “máquina do crescimento” (uma articulação de entidades internacionais, governos e capitais) é posta a funcionar, buscando legitimar, com o urbanismo do espetáculo, gastos pouco explicáveis para um país que ainda tem enorme precariedade nas áreas da saúde, da educação, do saneamento e dos transportes coletivos¹⁴³.

A partir das considerações expostas, percebe-se que há muito em jogo nos projetos de elaboração e realização dos megaeventos esportivos, mais do que é veiculado em anúncios e propagandas. Não há interesse em mostrar o preço social que se paga em prol dos empreendimentos desse vulto, e com toda a mudança da dinâmica regulatória urbana que vem com eles.

Repartindo-se os ônus e bônus entre classes, é perceptível o quanto as consequências negativas são suportadas pelas camadas de maior vulnerabilidade econômica, que se veem submetidas ao processo de periferização socio-geográfica¹⁴⁴. Ao discorrer sobre a problemática dos megaeventos, a líder comunitária Maria da Penha Macena traz as seguintes considerações:

[...] todo megaevento, em qualquer país, ele vai trazer problemas para a população, porque a história, por exemplo, a história das Olimpíadas, não foi só no Brasil que trouxe tantos transtornos. Em todos os países que ela passa, ela causa remoção, desastre na história do povo, da população, porque as Olimpíadas não são para todos, são para um grupo. Os atletas não têm culpa, né? Infelizmente o Comitê Olímpico junto com os representantes do país é que não sabem organizar essas Olimpíadas, porque é legal ter um megaevento, mas depende de como esse megaevento é organizado. Se fosse um megaevento para todos, acolhesse todos os cidadãos em um todo, seria maravilhoso, porque os filhos dos pobres iam poder participar, ver um atleta jogar [...] mas não é isso que acontece. Já começa pelos ingressos caríssimos, qual é o pobre que vai poder entrar em um?¹⁴⁵

¹⁴² MEDEIROS, 2019.

¹⁴³ MARICATO, 2015, p. 41.

¹⁴⁴ KAZAN, 2016.

¹⁴⁵ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

Compreende-se, a partir da análise realizada até o momento, que o projeto olímpico na cidade do Rio de Janeiro, considerando todas as suas nuances operacionais, se sustentou sobre um custo humano, que relativiza o direito à moradia e repele as pessoas que se encontram no caminho das revitalizações socioespaciais inerentes à sua preparação. O discurso em torno dos megaeventos omite propositalmente essa realidade, por questões estratégicas.

No próximo capítulo, esse estudo buscará mostrar a história da Vila Autódromo – uma comunidade que trilhou um caminho de resistência em meio às tentativas de remoção, à época de organização da cidade para os Jogos Olímpicos de 2016. Com uma trajetória marcada por vitórias e derrotas – mas, sobretudo, determinada a existir –, a Vila Autódromo ainda pode ser considerada um grande exemplo de enfrentamento comunitário aos megaeventos esportivos.

3 A TRAJETÓRIA DE RESISTÊNCIA DA VILA AUTÓDROMO E O PLANO POPULAR

No capítulo final deste trabalho, busca-se aproximar as noções passadas nas linhas anteriores a um caso concreto. Mais do que isso, intenta-se contar parte da história de uma comunidade de pescadores localizada na Zona Oeste, que teve sua existência cruzada com a realização das Olimpíadas de 2016.

A proposta seguinte é o estudo do caso da Vila Autódromo – com todo o respeito que este trabalho possui para com a comunidade e seus moradores. Mais precisamente, analisa-se sua trajetória de resistência em meio às tentativas de remoção, as quais se intensificaram após a escolha do Rio de Janeiro como sede olímpica.

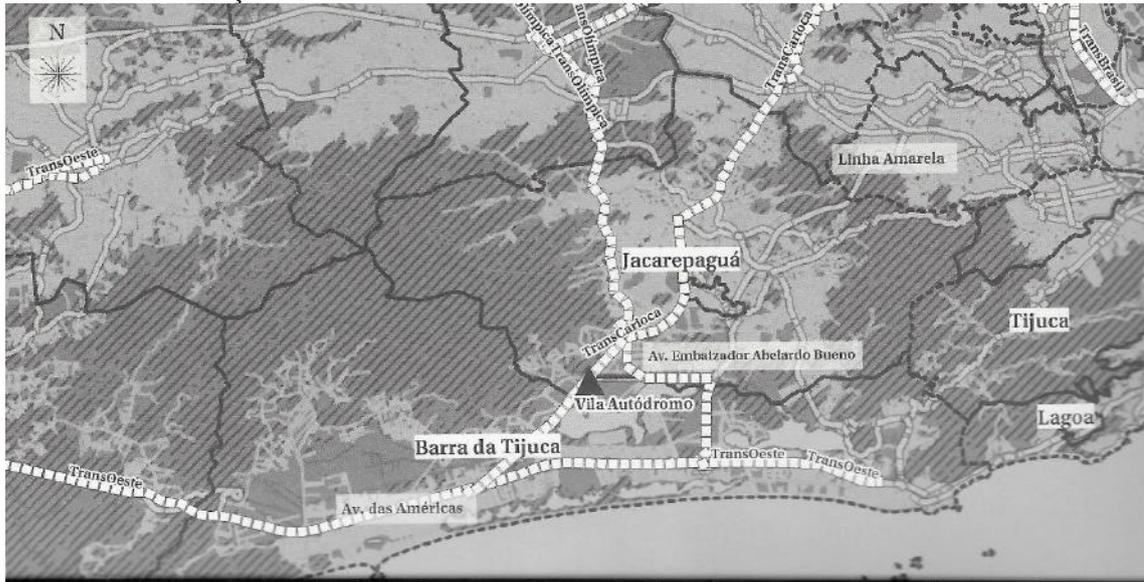
3.1 Apresentando a história da Vila Autódromo

A Vila Autódromo que se observa hoje é resultado de um processo extraordinário de lutas em face à tentativa de remoção integral da comunidade, empenhadas tanto por parte dos moradores, como de colaboradores – acadêmicos, jornalistas, defensores públicos, pesquisadores – que se dedicaram a apoiar a causa.

A história da comunidade, antes deixada à margem das atenções da sociedade civil, pôde ser contada graças aos esforços de lideranças locais, em conjunto com a disposição de profissionais de diversas áreas em ir a campo e propagar suas vozes. A partir de um trabalho em equipe, foi possível juntar pedaços de memórias antigas, além de organizar dados para os relatos dos acontecimentos mais recentes que tiveram a Vila Autódromo como foco. Graças a tais levantamentos e à entrevista concedida por Maria da Penha Macena à autora, este capítulo final pôde ser elaborado.

Antes de adentrar na luta dos moradores pela preservação de suas casas e pela reivindicação de seu espaço, se revela essencial, em primeiro lugar, contar a origem e o desenvolvimento da Vila Autódromo. Para esse fim, este trabalho voltará algumas décadas no tempo.

FIGURA 4: Localização da Vila Autódromo



FONTE: NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ apud TAKANA *et al*, 2018.

Erguida a partir de ocupações de pescadores e trabalhadores nos entornos da Lagoa de Jacarepaguá, na década de 1960, a Vila Autódromo era, em seus primeiros anos, carente de infraestrutura e serviços básicos, como energia elétrica, transporte e água encanada. Já na década de 1970, algumas construções foram surgindo, como o Autódromo de Jacarepaguá e um conjunto residencial da Aeronáutica. No decorrer desse processo, os moradores da Vila foram se estabelecendo em seu entorno, no mesmo período em que a região da Barra da Tijuca começava a ascender¹⁴⁶.

Conforme o relato de Takana *et al*, a comunidade adquiriu maior popularidade na década de 1980, quando os loteamentos entre o Autódromo e a Lagoa de Jacarepaguá começaram a se consolidar. Seus moradores se organizaram de modo a demandar integração à cidade e melhores condições de habitação. É criada, então, em 1987, a Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo – AMPVA¹⁴⁷.

A Vila Autódromo foi, então, crescendo à margem da aplicação de capital na região. A permanência ao longo dos anos se fazia possível graças aos recursos e trabalho dos próprios moradores na composição da área e de suas casas¹⁴⁸. Conforme relatou dona Maria da Penha,

¹⁴⁶ TAKANA, Giselle *et al*. Uma história de luta e resistência. In: TAKANA, Giselle *et al*. (org.). **Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 39-63.

¹⁴⁷ Ibid.

¹⁴⁸ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

os moradores se empenharam coletivamente para a melhoria do espaço; na construção comunitária do ponto de ônibus, por exemplo, quem não podia auxiliar na compra dos materiais cedia a própria mão de obra¹⁴⁹. Em 2010, o Censo registrou 1252 residentes na área; em 2013, contabilizaram-se aproximadamente 450 famílias¹⁵⁰.

Ainda que a insurgência dos moradores da Vila Autódromo tenha obtido maior destaque com os intentos de revitalização da área ocorridos a partir de 2009, como parte do projeto olímpico, a história da comunidade parece estar desde cedo ligada à luta por infraestrutura e reconhecimento, tendo em vista que, como mencionado, os serviços urbanos básicos eram praticamente inexistentes no local.

A união popular garantiu algumas vitórias para o bairro, o qual experimentou melhorias graduais. A AMPVA teve importância fundamental nessa trajetória, atuando de forma a buscar a regularização dos assentamentos junto à SEHAF. Entretanto, o percurso também foi marcado por insucessos, como quando, à época, o projeto de instalação da rede de saneamento não foi efetivado pela Subprefeitura da Barra da Tijuca e pela CEDAE. Os moradores precisaram improvisar para suprir o problema da falta de água encanada, consoante narram Vainer *et al*¹⁵¹.

Com o passar do tempo, o âmago da Vila Autódromo já não era mais formado somente por pescadores, uma vez que a convivência foi enriquecida com novos residentes, como imigrantes nordestinos, funcionários públicos e migrantes de outras favelas cariocas, de acordo com Naback. Em 1989, pessoas da comunidade Cardoso Fontes foram reassentadas no bairro; nesse processo de consolidação, novos estabelecimentos locais foram inaugurados¹⁵². Cada vez mais a comunidade ganhava ares de bairro carioca, erguendo-se com o esforço de seus moradores. Conforme rememora dona Maria da Penha:

¹⁴⁹ Entrevista cedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

¹⁵⁰ VAINER, Carlos *et al.* **O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual.** *In:* Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação em Planejamento Urbano. Recife: 2013.

¹⁵¹ VAINER, Carlos *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. *In:* OLIVEIRA, Fabrício Leal de *et al.* (org.). **Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 27-64.

¹⁵² NABACK, Clarissa Pires de Almeida. A poética do espaço: o habitar a cidade e a cartografia afetiva da Vila Autódromo. *In:* MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro.** Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 277-284.

[...] muitas das vezes os trabalhadores vêm de fora, vêm da Paraíba, do Ceará, de Pernambuco, vêm tentar a vida aqui no Rio e quando chegam aqui deixam as famílias, e vão melhorando, vão conseguindo. Eles precisam conseguir espaço para trazer suas famílias e foi aqui, na Vila. Ela surge com os pescadores e depois vai sendo ampliada com os trabalhadores do Autódromo de Jacarepaguá, e depois com algumas comunidades que foram retiradas de alguns lugares [...] ¹⁵³

Posteriormente, na década de 1990, a SEHAF foi responsável pelo assentamento de mais sessenta grupos familiares na área. Na época, ainda, os habitantes da faixa marginal obtiveram Concessão de Uso Real, pelo prazo de noventa e nove anos, e a AMPVA ainda conseguia mais um avanço: o registro dos pescadores da Vila Autódromo na Marinha e no Ibama ¹⁵⁴.

Ainda que a referida concessão tenha representado um importante avanço no movimento de luta pelo direito à moradia, os moradores não puderam contar com a segurança em permanecer no local, pois os conflitos se intensificaram. A crescente expansão empresarial em direção a localidades estrategicamente rentáveis da Zona Oeste emergente se chocou com aglomerações comunitárias já estabelecidas. Elas representavam um empecilho ao projeto urbanizador da área, à época promovido pelo jovem Eduardo Paes, na posição de subprefeito da Zona Oeste. Nesse contexto, a Vila Autódromo se viu diante de um novo capítulo de sua história.

Em 1993, a comunidade passou por uma primeira tentativa de remoção coletiva, tendo como fundamento a alegação de danos ao meio ambiente, por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro, a qual moveu uma Ação Civil Pública com fins de retirar os habitantes do local. Os argumentos se baseavam no despejo de esgoto na lagoa, e que a ocupação precária agrediria a estética do lugar ¹⁵⁵, ainda que uma das maiores causas de poluição da área viesse da construção do Barra Shopping, tendo sido inclusive autuado pela Feema por despejo de esgoto *in natura* no mesmo local, causando a morte de toneladas de peixes, no ano de 1988 ¹⁵⁶. Em outra ocasião, em 1996, o então subprefeito Eduardo Paes chegou a afirmar que a comunidade precisaria ser removida por conta do risco de alagamento, argumento o qual foi refutado pelos moradores e seus apoiadores, dentre eles a Defensoria Pública, uma vez que, apesar dos problemas de

¹⁵³ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

¹⁵⁴ TAKANA *et al.*, 2018.

¹⁵⁵ *Ibid.*

¹⁵⁶ PEIXES, 1988 apud GUIMARÃES, 2015.

drenagem, o risco não era substancial. Passado o susto, a prefeitura não seguiu com essa defesa¹⁵⁷.

Enquanto a Barra da Tijuca era a mais nova sensação da cidade, à medida que emergia como foco dos negócios e recebia cada vez mais conjuntos residenciais, os moradores da Vila Autódromo se viam cada vez mais pressionados a se retirarem. Como normalmente ocorre em bairros em ascensão social, a ocupação da área por classes mais baixas ofendia a recém-formada elite carioca, residente de condomínios de luxo, e sua permanência incomodava setores empresariais e do governo, que viam na área um pedaço de terra para novos empreendimentos. Dona Maria da Penha compartilhou sua indignação da seguinte forma:

[...] porque nós não servimos para ser vizinhos, a gente só serve para ser mão-de-obra. Quando nós servimos para ser mão-de-obra “show!”, agora, ser vizinho, “ah, não!”, porque, por exemplo, nós sabemos que futuramente aqui dentro do Parque Olímpico vai ser um novo bairro, e é por isso que eles não queriam favela aqui, não queriam a comunidade aqui, porque a gente ia deixar feio. Opa! Eu moro aqui há 25 anos! Por que eu tenho que sair daqui se o novo vizinho vai vir ainda daqui a 10 anos? O novo vizinho que tem que se adaptar a mim¹⁵⁸.

O fragmento acima indica que a comunidade, apesar de humilde, detinha consciência política e social, além da firmeza de posicionamento pelo direito à permanência.

3.2 As investidas contra a Vila Autódromo no cenário das Olimpíadas de 2016

Diversas foram as justificativas sustentadas para que a comunidade fosse retirada do mapa, em momentos distintos, a depender da conveniência do cenário, conforme apontado. No entanto, o projeto do Poder Público em transformar o Rio de Janeiro em uma cidade inserida na contemporaneidade, com atração de capital privado, representou um divisor de águas no percurso de resistência da Vila Autódromo.

O primeiro exemplo dessa divisa pode ser citado no ano de 2007, no contexto dos Jogos Pan-Americanos, quando a Prefeitura tentou cadastrar moradores para planejar a remoção da comunidade. Contudo, as instalações foram construídas em áreas que não afetavam a Vila

¹⁵⁷ TAKANA *et al.*, 2018.

¹⁵⁸ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

Autódromo, mostrando que tamanha intervenção não era justificável¹⁵⁹. Com o planejamento das Olimpíadas de 2016, como parte das propostas de revitalização da cidade do Rio de Janeiro e da cultura dos megaeventos esportivos, a Vila Autódromo voltou a ser alvo das investidas de remoção.

3.2.1 As primeiras medidas após o anúncio

As linhas anteriores narraram alguns acontecimentos que marcaram a história do bairro, e mostraram que as tentativas de remoção vieram muito antes do projeto olímpico de 2016, por argumentos diversos e, em certo ponto, contraditórios.

A Vila Autódromo passou por conturbações mais bruscas com o anúncio da sede das Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro, em outubro de 2009. Construída ao entorno de áreas que experimentaram crescente especulação imobiliária, não demoraria muito para que sua permanência fosse novamente contestada. Dessa vez, não apenas por ser vizinha de espaços em ascensão, mas por sua própria área ser ambicionada, em virtude dos empreendimentos mercantis projetados para o local¹⁶⁰.

Conforme relatam Takana *et al*, o prefeito Eduardo Paes anunciou que seis assentamentos populares das Zonas Norte e Oeste seriam afetados, com a conseqüente remoção de 3.500 famílias. A Vila Autódromo estava entre os bairros apontados; o argumento político era que sua área seria utilizada para a expansão de avenidas ao entorno¹⁶¹. Ainda, uma reportagem noticiava que a Prefeitura planejava remover integralmente, até o ano de 2012, 119 comunidades – incluindo a Vila Autódromo – por supostamente se encontrarem em áreas de risco ou de proteção ambiental, estimando-se um número de 12.196 casas¹⁶².

Em reunião com o Secretário Municipal de Habitação, Jorge Bittar, em 11 de janeiro de 2010, na qual estavam presentes lideranças comunitárias, a Defensoria Pública e a Pastoral de

¹⁵⁹ TAKANA *et al*, 2018.

¹⁶⁰ KAZAN, 2016.

¹⁶¹ TAKANA *et al*, *op. cit.*

¹⁶² BASTOS, Isabela; SCHMIDT, Selma. Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jan. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acesso em: 14 dez. 2020.

Favelas, o próprio Secretário declararia que iria buscar a permanência das comunidades, intercedendo a seu favor. No entanto, ao tratar da área da Vila Autódromo, esclareceu que ela seria removida em prol de duas instalações olímpicas – o Centro Olímpico de Treinamento e o Centro de Mídia. Em contrapartida, Bittar foi confrontado pelos moradores, que reafirmaram a vontade de permanecerem em suas casas¹⁶³.

Em fevereiro do mesmo ano, foi realizado um ato de manifestação em frente à prefeitura, tendo sido os manifestantes recebidos pelo prefeito. A partir desse dia, outras diversas reuniões se sucederam. Na primeira delas, Eduardo Paes assinalou que a retirada da comunidade seria uma demanda do COI, e questionou a falta de alternativa apresentada pelos moradores. Para que pudessem dar uma resposta, eles procuraram a Defensoria Pública e apoiadores, com objetivo de formular um plano para permanência que fosse compatível com o projeto olímpico¹⁶⁴.

Contudo, o planejamento de urbanização da Vila Autódromo foi refutado pelo Secretário de Habitação, por se localizar entre dois rios. Ainda, em reunião posterior, autoridades argumentaram que a remoção era necessária para garantir a segurança dos jogos. A Defensoria Pública emitiu, então, uma notificação ao COI, exigindo um tratamento digno e transparente para a comunidade, em respeito aos seus direitos, além de rebater as alegações da Prefeitura. Demonstrou, ainda, serem possíveis tanto a preservação da área como as instalações para as olimpíadas e a logística de segurança¹⁶⁵.

Mais um fator ia na contramão das declarações municipais. A empresa vencedora do concurso internacional voltado ao Parque Olímpico não apenas mantinha, em seu planejamento¹⁶⁶, como também propunha a urbanização da comunidade. Mesmo assim, o Município insistia no argumento da segurança exigida pelo organismo internacional¹⁶⁷.

¹⁶³ MEHL, Gustavo. Secretário de Habitação do RJ promete tentar a permanência da Vila Autódromo. **Global**, 12 jan. 2010. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/secretario-de-habitacao-do-rj-promete-tentar-a-permanencia-da-vila-autodromo/>. Acesso em 14 dez. 2020.

¹⁶⁴ TAKANA *et al*, 2018.

¹⁶⁵ *Ibid.*

¹⁶⁶ *Ibid.*

¹⁶⁷ FAULHABER; AZEVEDO, 2015.

Uma alternativa foi proposta por Bittar, em outubro de 2011, como relata Münch. Sua ideia era promover a remoção, tida como necessária para o início do projeto olímpico, em troca de reassentamento dos moradores no Parque Carioca, integrante do programa Minha Casa Minha Vida. Agentes municipais iniciaram um cadastramento, contudo a comunidade barrou as iniciativas, exigindo sua permanência no local¹⁶⁸.

A elaboração de uma contraproposta era mais necessária que nunca. Mesmo com a negativa dos habitantes da Vila Autódromo em sair, o jornal O Globo anunciava que a remoção, disposta inclusive no edital de PPP lançado à época para a construção do Parque Olímpico, aconteceria até o ano de 2013, e que a Prefeitura já havia comprado a área que corresponderia ao Parque Carioca por R\$ 19,9 milhões¹⁶⁹. Com isso, os moradores se organizaram com uma rede de apoio técnico, após a moradora Inalva Mendes Brito propor a elaboração de uma proposta própria para a manutenção da comunidade, projeto que viria a ser chamado de Plano Popular¹⁷⁰.

Tudo que foi mostrado até o momento reflete o descaso da Prefeitura em atender à manifestação daqueles que pretendia remover. A sucessão de justificativas dos gestores públicos mais se assemelhavam a subterfúgios para desocupar a área a qualquer custo do que uma real preocupação com as condições precárias da comunidade, ou com os riscos ambientais e de segurança que tanto alegavam.

3.2.2 O Parque Olímpico e a atuação da Prefeitura

A licitação da referida PPP foi vencida por um consórcio de empresas formado pela Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken¹⁷¹. A última atuou como maior patrocinadora do partido de Paes nas eleições de 2012, como já mostrado no capítulo anterior. Curiosamente, o terreno comprado pela Prefeitura para a construção do Parque Carioca pertencia à Carvalho Hosken, anteriormente¹⁷².

¹⁶⁸ MÜNCH, 2017.

¹⁶⁹ MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Minuta de edital prevê remoção de favela Vila Autódromo até 2013 para obras do Parque Olímpico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/minuta-de-edital-preve-remocao-de-favela-vila-autodromo-ate-2013-para-obras-do-parque-olimpico-2744502>. Acesso em 14 dez. 2020.

¹⁷⁰ TAKANA *et al.*, 2018.

¹⁷¹ MEDEIROS, 2019.

¹⁷² MÜNCH, *op. cit.*

Como observa Medeiros, o consórcio vencedor – batizado de Rio Mais – se encarregaria de diversas estruturas olímpicas, para além do Parque e demais espaços esportivos, como um centro de mídia e outro de transmissão, além de um hotel. Estava prevista, também, a construção de moradias para reassentamento da Vila Autódromo. Como contraprestação, vinda de recursos públicos, receberia (i) R\$ 265 milhões por mês; (ii) R\$ 250 milhões pelo término das obras, e (iii) terrenos públicos no valor de R\$ 850 milhões¹⁷³. São arranjos como esse que evidenciam como as PPPs podem ser utilizadas como mecanismos que trabalham a favor do mercado, cuja crítica acerca da apropriação de terras¹⁷⁴ e patrimônio públicos¹⁷⁵ é levantada por Medeiros e Oliveira.

A concepção do Parque Olímpico trazia consigo o estímulo à ocupação da “Nova Barra”. Ele foi projetado para se situar na Avenida Abelardo Bueno, local alvo da expansão empresarial, incentivada pelo poder municipal e por empresas do setor imobiliário¹⁷⁶.

Conforme previsão do Decreto 30.379 de 2009, o projeto deste Parque exigia um Estudo e Relatório de Impacto Ambiental, o qual nunca foi veiculado publicamente, sendo desconhecido até mesmo por funcionários municipais envolvidos com o planejamento olímpico¹⁷⁷. No entendimento de Takana *et al*, “a não apresentação de alternativas, as mudanças frequentes nos discursos e a não apresentação pública formal do projeto para debate revelam a intenção de remoção a qualquer custo”¹⁷⁸, como se não houvesse sequer interesse em se pensar de outra forma – e parecia não haver de fato.

Uma reportagem veiculada no *site* Agência Pública denunciou um esquema de favorecimento empenhado pela Prefeitura no procedimento licitatório. O Poder Público, segundo a agência de jornalismo, atendeu à solicitação de Benedito Junior (da Odebrecht) e de executivos da Carvalho Hosken e da Andrade Gutierrez para anteciparem o estudo de viabilidade da PPP, ao mesmo tempo que estabeleceu o prazo de oito meses para que outras empresas apresentassem seus estudos. Contudo, ignorando o restante do tempo disponibilizado,

¹⁷³ MEDEIROS, 2019.

¹⁷⁴ *Ibid.*

¹⁷⁵ OLIVEIRA, 2012.

¹⁷⁶ *Ibid.*

¹⁷⁷ TAKANA *et al*, 2018.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 63.

bem como a possibilidade de apresentação de outros projetos por outros agentes, o Município deu início aos procedimentos internos referentes ao edital, tendo como base o que havia sido apresentado pelo trio¹⁷⁹. Diversos questionamentos foram levantados, como pode ser verificado na notícia:

A Controladoria-Geral do Município compilou diversos pareceres com questionamentos à parceria. Entre eles, o da Procuradoria do Município recomenda “avaliar com detalhe os pontos levantados” acerca da relação custo-benefício da PPP. São listados seis desequilíbrios potencialmente lesivos aos cofres públicos na proposta – entre eles, despesas com as remoções, custos cartoriais, gastos de regularização imobiliária e benefícios da concessionária omitidos dos cálculos da proposta.

Na mesma linha, a Secretaria Municipal de Fazenda enumerou quatro despesas assumidas pela prefeitura do Rio que não foram listadas e pediu maior “detalhamento de mecanismos para o pagamento a favor do município nos casos de reequilíbrio econômico financeiro”. Isso porque a prefeitura estava prestes a assumir gastos difíceis de quantificar previamente, como as desapropriações e indenizações na Vila Autódromo. O estudo de viabilidade das empreiteiras considerava a remoção da comunidade, que se tornou símbolo de resistência às remoções, como “fundamental para o desenvolvimento do projeto”¹⁸⁰.

A reportagem cita Mariana Medeiros, a qual explica que a Prefeitura foi alertada por seus próprios órgãos, no tocante à disparidade de benefícios concedidos a cada parte – as maiores vantagens dessa parceria ficariam para o lado privado –, e ainda assim publicou o edital, respaldado pela aprovação do Conselho Gestor de PPPs e por decisão do TCM¹⁸¹.

Ao ser indagado sobre a remoção da Vila Autódromo, em uma matéria da BBC Brasil, a postura do empresário Carlos Carvalho foi de desprezo. Não é um exagero, considerando sua manifestação, reproduzida a seguir:

Ali tem muita área que não pode ser habitada, e tudo depende de como você organiza. Você só não consegue organizar com favela, até porque você não pode pensar em tirar um favelado de onde ele vive, do habitat dele, para que ele venha a pagar aluguel e condomínio. Se ele não for preparado e se não houver um apoio correto para ensiná-lo sobre o seu novo habitat, o plano realmente não vai poder dar certo.

¹⁷⁹ BELISÁRIO, Adriano. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. **Agência Pública**, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

¹⁸⁰ Ibid.

¹⁸¹ Ibid.

Você não pode ficar morando num apartamento e convivendo com índio do lado, por exemplo. Nós não temos nada contra o índio, mas tem certas coisas que não dá. Você está fedendo. O que eu vou fazer? Vou ficar perto de você?¹⁸².

Mesmo com o cenário em seu desfavor, a comunidade continuou lutando por permanência. De forma a atrasar o procedimento licitatório, a DPE - RJ tomava as medidas judiciais, conseguindo sua suspensão temporária, prazo em que o ente público deveria informar sobre o cumprimento ao direito à moradia na região¹⁸³.

Takana *et al* contam que Associação de Moradores elaborou, no final de 2011, uma primeira versão do Plano Popular, apresentada em uma ação cautelar ajuizada pelo NUTH. O objetivo era demonstrar que era possível tanto a sobrevivência e urbanização da comunidade quanto o projeto olímpico. Entretanto, mais uma vez a Prefeitura mudaria seu discurso para dificultar a vida dos residentes e apoiadores da Vila Autódromo. Foi informado nos autos judiciais, de forma inédita, que a remoção da área seria necessária para a realização de obras na malha dos BRTs Transcarioca e Transolímpica. Após a revisão do edital, contudo, foi excluída a cláusula de remoção da comunidade, mantendo dispositivo genérico acerca da urbanização da Vila Autódromo, por quem vencesse a licitação¹⁸⁴.

Analisando a fala de Carlos Carvalho (Carvalho Hosken), anteriormente transcrita, é difícil acreditar que qualquer dos atores envolvidos tivessem quaisquer pretensões de integrar a Vila Autódromo à cidade. Na propriedade do empresário, estava sendo construída a Vila dos Atletas – também conhecida como “Ilha Pura” – com capacidade para 3.604 apartamentos¹⁸⁵. Percebe-se que as obras e os empreendimentos das Olimpíadas eram tratados como mais uma oportunidade de lucro para as grandes empresas, e mais visibilidade para o prefeito, em uma interrelação que passava por cima dos obstáculos pelo caminho.

Em 2012, foi apresentado um novo projeto do BRT, até antes desconhecido, com vias passando por dentro da comunidade, ignorando a existência de espaços livres no entorno da

¹⁸² PUFF, Jefferson. ‘Como é que você vai botar o pobre ali?’, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp. Acesso em: 31 ago. 2020.

¹⁸³ MÜNCH, 2017.

¹⁸⁴ TAKANA *et al*, 2018.

¹⁸⁵ PUFF, op. cit.

região¹⁸⁶. Em outras linhas, mais uma “desculpa” foi veiculada, ainda que posteriormente as atenções tenham se voltado ao Parque Olímpico como ponto focal para a remoção, como esclarece Münch¹⁸⁷.

Sendo concebida como símbolo de resistência, a Vila Autódromo ganhava, aos poucos, mais visibilidade na mídia. A luta da comunidade foi noticiada por renomados jornais e periódicos internacionais, colocando em discussão o direito humano pela moradia no contexto olímpico¹⁸⁸.

3.3 O Plano Popular como resposta dos moradores na luta por permanência

Como mostrado em linhas anteriores, o Poder Público não recuou de sua intenção de remover a Vila Autódromo, tendo usado diversos argumentos para isso. Paes chegou a afirmar, em 2010, que faria a urbanização da comunidade se fosse provada sua possibilidade¹⁸⁹. Nesse sentido, era necessário rebater de forma fundamentada, para demonstrar que sua permanência e integração urbana eram possíveis.

Inicialmente, o projeto foi desenvolvido a partir da participação dos moradores, além de pesquisadores da UFRJ e da UFF. Nos anos seguintes, contou inclusive com a assessoria de fundações internacionais¹⁹⁰.

3.3.1 A criação e organização do Plano Popular

O Plano Popular começou a ser desenvolvido em 2011, como uma alternativa que possibilitasse a continuidade da Vila Autódromo. Algumas informações iniciais foram levantadas, através de questionários distribuídos aos moradores, de forma a contribuir na elaboração das propostas comunitárias, como relatam Vainer *et al.* A primeira delas é que 88% das crianças e jovens da comunidade frequentavam escolas próximas a ela, assim como 65% dos trabalhadores, em relação aos seus empregos. Além disso, algumas circunstâncias positivas

¹⁸⁶ TAKANA *et al.*, 2018.

¹⁸⁷ MÜNCH, 2017.

¹⁸⁸ VAINER *et al.*, 2016.

¹⁸⁹ MÜNCH, *op. cit.*

¹⁹⁰ VAINER, Carlos *et al.* A permanência é possível: a elaboração do Plano Popular. *In*: TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 97-121.

foram apontadas na pesquisa, como a ausência de tráfico de drogas e de milícias¹⁹¹. Como apontam os autores, “quando perguntados sobre como era a vida na comunidade, os moradores ressaltavam que se sentiam seguros por conhecerem bem seus vizinhos, e destacavam a tranquilidade e o sentimento de conquista de um bom lugar para morar”¹⁹².

Alguns problemas de habitação foram apresentados, dentre os quais destacam-se os seguintes: ocupação de 82 famílias em área protegida às margens lagunar e fluvial; precariedade e insalubridade; inundações; drenagem deficitária; ausência de encanamento de água e esgoto e inadequações estruturais na sede comunitária¹⁹³.

O levantamento mostrava que havia desafios e problemas a serem superados. O relatório situacional da Vila Autódromo era o primeiro passo na elaboração do Plano Popular, que defendia a não remoção, a urbanização e a regularização fundiária do local, o qual poderia coexistir com o Parque Olímpico, ao contrário do que sustentava a Prefeitura¹⁹⁴. Essa forma de planejamento popular, como indica Medeiros, se adequava ao princípio da gestão democrática da cidade, presente no Estatuto da Cidade¹⁹⁵.

É importante ressaltar que, de acordo com o projeto, os custos da urbanização da comunidade seriam inferiores aos gastos públicos com a sua remoção, e contando ainda com o reassentamento no Parque Carioca e as indenizações. Ademais, um dos grandes argumentos dos defensores do Plano Popular era que a realização de seus objetivos poderia se tornar um legado social olímpico¹⁹⁶, desconstruindo a concepção unicamente capitalista do discurso do legado.

O diálogo e os debates foram elementos fundamentais para a elaboração do documento, que buscou soluções adequadas ao ambiente e que erradicassem os problemas antes apontados. As constantes conversas e pesquisas de campo aproximaram a comunicação entre os moradores

¹⁹¹ VAINER *et al*, 2018.

¹⁹² *Ibid.*, p. 101.

¹⁹³ *Ibid.*

¹⁹⁴ MEDEIROS, 2019.

¹⁹⁵ *Ibid.*

¹⁹⁶ MÜNCH, 2017.

e os assessores do projeto, possibilitando a avaliação das condições habitacionais em sentido amplo¹⁹⁷.

Consoante Vainer *et al*, o Plano Popular trazia quatro programas de urbanização: Habitacional; Saneamento, Infraestrutura e Meio Ambiente; Serviços Públicos e, por fim, o de Desenvolvimento Cultural e Comunitário. A Vila Autódromo refutava qualquer remoção forçada de morador e defendia o direito à permanência. A proposta que permitia a unicidade da comunidade em conjunto com o projeto vencedor do Parque Olímpico (o que fora realizado mediante concurso) foi a escolhida, decidindo-se também pela desocupação da faixa marginal de proteção ambiental (de quinze metros). As reformas incluíam a construção de moradias – cerca de 82 novas habitações –, espaços comunitários de lazer e educacionais, além da recuperação da faixa protegida¹⁹⁸.

A comunidade também desejava melhorias de saneamento básico e infraestrutura urbana, por isso os programas também previram a instalação de rede de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de drenagem, além de projetos de mobilidade e o fomento a atividades culturais¹⁹⁹.

Logo na apresentação do Plano Popular, os moradores da Vila Autódromo demonstraram sua força e o que os motivaram a criá-lo:

O Plano Popular é um momento a mais desta longa luta de resistência. E marca um passo adiante. Como alternativa à injusta, injustificável e ilegal tentativa de remoção, a Associação de Moradores da Vila Autódromo contou com assessoria técnica qualificada de urbanistas, arquitetos, cientistas sociais, economistas, entre outros. Através da elaboração de um diagnóstico social e apresentação de alternativas técnicas, a comunidade tomou decisões e estabeleceu prioridades.

O Plano afirma a existência da comunidade, e o DIREITO DE CONTINUAR EXISTINDO, com condições adequadas de urbanização e serviços públicos: O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO URBANO, ECONÔMICO, SOCIAL E CULTURAL.

Para elaborar e levar adiante este PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO, os moradores da Vila Autódromo assumiram o desafio de elaborar e concretizar um novo tipo de planejamento. Dessa vez não foram os governantes, os empresários, as parcerias público-privadas nem os tecnocratas da prefeitura que estabeleceram o destino desta comunidade. Agora a população, que vive a realidade e as dificuldades do dia-a-dia, é quem diz o que é necessário e como deve ser feito. Os moradores

¹⁹⁷ VAINER *et al*, 2018.

¹⁹⁸ *Ibid*.

¹⁹⁹ *Ibid*.

elegeram suas prioridades em termos de moradia, saneamento e meio ambiente, transporte público, educação, serviços de saúde e cultura.

Os moradores mostraram uma nova forma de construir uma CIDADE DEMOCRÁTICA e uma nova forma de PLANEJAR A CIDADE²⁰⁰.

Conforme conta dona Maria da Penha, “[...] foi um trabalho belíssimo dentro da comunidade, onde toda a comunidade participava, cada um do seu jeitinho”²⁰¹.

Medeiros detalha que o documento foi apresentado em 2012 ao prefeito Eduardo Paes, que se comprometera a avaliar o projeto e responder em até 45 dias, o que nunca foi feito. Em fevereiro de 2013, o argumento da remoção em função do Parque Olímpico e seus anexos voltava a aparecer. Em seguida, o projeto do Parque Carioca foi alvo de *marketing*, passando a ser usado pelo Poder Público em prol do discurso do reassentamento das famílias da Vila Autódromo²⁰².

3.3.2 O Parque Carioca e as estratégias de desmonte da resistência

Não era a primeira vez que o Parque Carioca era apontado como a solução da Prefeitura para o problema da remoção. Como mostrado em tópico anterior, ela já havia tentado realizar o cadastramento dos moradores em 2011, de forma a planejar o reassentamento. Contudo, o local voltaria a ganhar destaque em 2013, localizado a uma distância de 3 quilômetros da comunidade e construído com unidades de dois e três quartos. Estas últimas, posteriormente, seriam usadas de forma persuasiva para convencer os moradores a aceitarem a remoção e terem a chance de escolher os melhores apartamentos²⁰³.

O Parque Carioca fazia parte do projeto municipal para o reassentamento de comunidades, construído a partir de recursos federais do programa MVMV²⁰⁴. O discurso desse empreendimento reforçava um suposto *upgrade* da situação de vida de famílias carentes, que

²⁰⁰ ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo**. Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2012, p. 5. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

²⁰¹ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

²⁰² MEDEIROS, 2019.

²⁰³ OLIVEIRA, Fabrício Leal de; TAKANA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: o Plano Popular contra a remoção. In: TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 123-153.

²⁰⁴ MEDEIROS, op. cit.

passariam a experimentar a vivência da classe média em conjuntos habitacionais uniformes, cuja idealização não foi debatida com aqueles para quem se destinava²⁰⁵. Pode-se compreender que a política dos reassentamentos, quando afastada de noções de responsabilidade política e social para com os reassentados, acaba por acentuar a fragmentação de vizinhanças ricas em história e diversidade, em detrimento do estudo de urbanização democrática das áreas de origem.

A Prefeitura levou algumas famílias para conhecer o local, de acordo com Oliveira, Takana e Bienenstein, sem convidar os moradores contrários e as próprias lideranças da Vila Autódromo. As ameaças diárias de remoção se davam através de visitas e ligações de funcionários municipais, mesmo antes do conjunto habitacional ser anunciado. O presidente da Associação dos Moradores cobrou respostas sobre o Plano Popular, recusando a realocação proposta²⁰⁶.

As manifestações de 2013 alcançaram os altos gastos públicos voltados aos megaeventos esportivos, forçando o posicionamento de gestores políticos. Paes propôs uma negociação aos moradores da Vila Autódromo, em agosto de 2013, declarando que estudaria a possibilidade de permanência da comunidade. As conversas foram acompanhadas por uma comissão mista de moradores, com o apoio de três membros da assessoria do Plano Popular e defensores do NUTH. O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas também foi chamado para as reuniões²⁰⁷.

Os mesmos autores que formaram a equipe técnica de três integrantes – Oliveira, Takana e Bienenstein – relatam que dez encontros foram marcados, em que a Prefeitura apresentava seu planejamento, e a Vila Autódromo rebatia com um projeto alternativo²⁰⁸. Conforme a narrativa dos assessores:

A proposta apresentada pela Prefeitura propunha reservar 70% da área da Vila Autódromo para a construção de vias de acesso ao Parque Olímpico e para a criação de uma larga faixa de proteção ambiental ao longo das margens da Lagoa de Jacarepaguá, o que exigiria a retirada definitiva de todas as residências nas áreas atingidas.

Além disso, alegando necessidades técnicas de drenagem, a proposta previa que todas as demais ruas e casas existentes na comunidade deveriam ser arrasadas para

²⁰⁵ VAINER *et al*, 2013.

²⁰⁶ OLIVEIRA; TAKANA; BIENENSTEIN, 2018.

²⁰⁷ *Ibid*.

²⁰⁸ *Ibid*.

implantação de um aterro que elevaria em cerca de dois metros todo o greide do terreno até o nível do Parque Olímpico²⁰⁹.

Foi deixada de fora da negociação a ocupação da faixa marginal de proteção, que seria resolvida judicialmente. Os defensores da Vila Autódromo insistiam em contrapropostas, argumentando que o Município previra uma faixa marginal maior do que as dispostas em lei, bem como apontava a possibilidade de alargamento das vias em outras áreas próximas, não sendo necessário que passassem por dentro da comunidade. Quanto à questão dos alagamentos, o Plano Popular também resolvia isso, através da urbanização e de aterros parciais. Contudo, os agentes municipais decidiram cortar unilateralmente as negociações, permanecendo com sua ideia de remover 70% dos moradores²¹⁰. Apesar da aparente cordialidade nos encontros, as autoridades utilizaram-se de artifícios de intimidação, como esmiúçam os autores:

Não é possível reproduzir aqui todo o contexto que constringia as negociações, como as formalidades dos procedimentos, os tempos de espera para o início das reuniões, a disposição hierárquica dos gestores e técnicos municipais na sala, o que certamente influenciou as disputas em questão. Os representantes da Prefeitura ainda acionavam recursos discursivos voltados para desqualificar as propostas apresentadas, especialmente, o uso ocasional da ironia, da intimidação sutil, da desatenção intencional e da omissão estratégica.

No mesmo período em que ocorriam as reuniões, alguns moradores continuavam recebendo telefonemas de funcionários municipais com propostas de indenização e intimidações, caracterizando um processo de assédio que se manteve durante todas as negociações, o que, evidentemente, criava um ambiente de desconforto e desconfiança²¹¹.

Conforme se verifica das exposições até o momento, a Prefeitura ensaiou um discurso de apaziguamento, e não colocou em prática o que havia prometido. Além de não realizar nenhum tipo de estudo real e bem intencionado do Plano Popular, ainda ignorou as últimas alternativas que haviam sido apresentadas pelos moradores, utilizando-se de recursos que demonstravam a disparidade de forças entre os envolvidos. As remoções ainda não haviam começado, mas o Poder Público já colocava em prática a violência psicológica e institucional.

Eram constantes as visitas de agentes da Prefeitura na Vila Autódromo, pressionando as famílias a se retirarem, caso contrário se deparariam com processos judiciais e ficariam de mãos

²⁰⁹ OLIVEIRA; TAKANA; BIENENSTEIN, 2018, p. 138.

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Ibid., p. 140-141.

vazias, afirmando ainda que quem saísse por último enfrentaria condições desfavoráveis. Os subterfúgios da desinformação continuaram a ser utilizados, assim como as tentativas de divisão interna, ao passo que as remoções para o Parque Carioca tinham início²¹², como será melhor estudado no próximo subtópico.

3.3.3 O processo de remoção e a ininterrupção das repressões

Os apartamentos do Parque Carioca voltaram a ser oferecidos em uma reunião ocorrida em outubro de 2013, no Riocentro, na qual diversos moradores não foram convidados a participar. Após chegarem lá e forçarem sua entrada, eles se surpreenderam com o Defensor Público Geral do Rio de Janeiro apoiando a proposta de Paes, postura a qual não refletia a atuação do NUTH, que endossava a resistência comunitária²¹³.

Oliveira, Takana e Bienenstein seguem oferecendo mais detalhes sobre esse período conflituoso, em que a mudança para o Parque Carioca estava em pauta. Para que mais pessoas aderissem voluntariamente ao projeto, a Prefeitura alegava que os imóveis do conjunto seriam entregues quitados, juntamente com o título de propriedade – o que não ocorreu posteriormente, já que os reassentados assinaram contrato com a Caixa Econômica Federal e assumiram os prazos e cobranças mensais inerentes ao procedimento. Ainda segundo o prefeito, os que não aceitassem o reassentamento seriam recompensados com o valor de mercado dos imóveis desapropriados, ou poderiam permanecer no que sobraria da Vila Autódromo, que passaria por um processo de urbanização²¹⁴.

Contudo, a coerção de famílias continuou. A Prefeitura instalou um espaço próprio no interior da comunidade, em que persuadia individualmente cada família, passando por cima das negociações coletivas. A intimidação também foi prática frequente, com visitas e ligações de funcionários que aterrorizavam os moradores com ameaças de remoção. A repressão era propagada através do medo e de informações falsas e incertas, causando rupturas no movimento de resistência, o que levou parte das famílias a aceitarem migrar para o Parque Carioca²¹⁵. Nas palavras de Münch:

²¹² MÜNCH, 2017.

²¹³ OLIVEIRA; TAKANA; BIENENSTEIN, 2018.

²¹⁴ Ibid.

²¹⁵ Ibid.

A oposição entre os moradores que queriam permanecer e os que queriam negociar suas casas era estimulada por um discurso segundo o qual aqueles que se organizavam em torno da demanda de permanência prejudicavam os que queriam sair, quando o que se observava na prática era exatamente o contrário: cada negociação, cada demolição contribuía para minar um pouco da energia daqueles que realizam uma resistência cotidiana no território²¹⁶.

As remoções começaram entre o fim de 2013 e meados de 2014, período no qual moradores tiveram de declarar formalmente que estavam se desfazendo de qualquer direito sobre suas casas. Duzentas famílias aceitaram as condições e se mudaram em março de 2014, enquanto outras seguiram na luta para continuar na Vila Autódromo – convivendo com ameaças constantes –, ainda que sem o plano de urbanização que havia sido prometido. Altas propostas de indenização também foram oferecidas individualmente a cada família, como forma de persuasão. Ao passo que as demolições avançavam, com as obras do Parque Olímpico, a comunidade era tomada por uma atmosfera apreensiva²¹⁷.

Conforme a narrativa de Monteiro *et al*, a derrubada das casas foi possível após a suspensão de uma liminar – obtida pelo NUTH, em ACP ajuizada para impedir a degradação da comunidade –, que havia proibido a demolição dos imóveis das famílias que estavam saindo até a apresentação do plano de urbanização e da lista dos futuros reassentados²¹⁸.

A concessão dessa liminar, anteriormente, havia sido usada para fomentar o tumulto interno, pois foi alegado que o reassentamento dos adeptos ao Parque Carioca dependia da demolição das casas deixadas para trás, como apontado por Medeiros. Representantes do NUTH intervieram, contudo, esclarecendo que a medida impedia apenas a destruição das casas, e não a mudança em si²¹⁹.

A Prefeitura experimentou uma vitória com a queda da liminar, e 123 habitações foram abaixo em menos de um mês. A deterioração do cenário da comunidade era perceptível, pois as obras e demolições deixavam entulhos, destroços e vergalhões expostos, além da danificação

²¹⁶ MÜNCH, 2017, p. 55.

²¹⁷ OLIVEIRA; TAKANA; BIENENSTEIN, 2018.

²¹⁸ MONTEIRO, Poliana *et al*. A Vila Autódromo resiste: As demolições e a conquista da permanência. *In*: TAKANA, Giselle *et al*. (org.). **Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 155-207.

²¹⁹ MEDEIROS, 2019.

das ruas e de tubos de abastecimento de água e esgoto sanitário. Esse processo foi visto de perto pelos idealizadores do Plano Popular, que em julho de 2014 divulgaram a primeira versão do Mapa das Demolições. Consoante a análise realizada, a destruição efetuada pelo poder municipal atingiu casas que não estavam no caminho das obras para as Olimpíadas, evidenciado sua conduta ilícita. A eliminação de árvores na entrada da Vila Autódromo atingiu profundamente os moradores, que passaram a se revezar para proteger a flora restante. As derrubadas, porém, continuaram nos meses seguintes. Outra faceta do processo de silenciamento foi a instalação de um tapume na Avenida do Autódromo, reduzindo ainda mais o espaço que restara²²⁰.

Münch registra que, com essas transformações, os serviços públicos não chegavam à comunidade da forma devida, citando como exemplo as interrupções pontuais da entrega dos correios e a coleta precária do lixo²²¹.

Essas ações demonstram a tentativa da Prefeitura em deixar a terra em questão o menos habitável possível, a partir da modificação do cenário da comunidade, transformando-a em um canteiro de obras insuportável. A repressão, desse modo, parecia ir além das demolições, atingindo também a própria história e existência da Vila Autódromo, construída conjuntamente pelos moradores ao longo de décadas.

Um dos momentos mais difíceis viria em 2015, com a expedição de três decretos expropriatórios municipais (Decretos nº 39.851, nº 39.852 e nº 39.853), os quais determinaram a desapropriação de 48 imóveis da Vila Autódromo, por motivo de utilidade pública, englobando as casas dos líderes Altair Guimarães, Jane Nascimento e Maria da Penha Macena, além da sede da AMPVA – esta não estava prevista no planejamento inicial da Prefeitura para viabilização das obras do Parque Olímpico. A precarização do espaço continuava, e outras 117 casas foram demolidas até o fim daquele ano²²².

Este trabalho já tratou anteriormente sobre o instituto da desapropriação, tendo destacado o perigo da generalidade no argumento do interesse público. A quem serviria esse interesse?

²²⁰ MONTEIRO *et al*, 2018.

²²¹ MÜNCH, 2017.

²²² MONTEIRO *et al*, op. cit.

De que público, especificamente? Os decretos passaram por cima do direito à moradia de diversas famílias, para que as casas cedessem lugar às instalações de um evento temporário, com legados que não incluíam a Vila Autódromo. O exemplo do que ocorreu na comunidade é apenas um, dentre vários, que demonstra a capacidade do Estado em utilizar aparatos institucionais e manobras jurídicas para promover o processo de revitalização socioespacial marcado pela exclusão das classes periféricas, em benefício dos agentes econômicos que ajudam na formação do poder político dominante.

Há uma data em especial que ficou marcada na história da Vila Autódromo: 03 de junho de 2015. Nesse dia, houve confronto entre agentes de segurança pública – que acompanhavam um oficial de justiça na tentativa de demolição de um imóvel – e moradores que resistiam às ofensivas. O mediador entre as partes, padre Fábio Guimarães, afirmou que o primeiro ato de violência teria partido dos guardas municipais. A confusão resultou em feridos de ambos os lados²²³.

Uma das pessoas machucadas foi dona Maria da Penha. Visivelmente emocionada durante a entrevista, ao relembrar este dia, a moradora expôs o que aconteceu, destacando-se as seguintes passagens:

[...] quando deu quatorze e trinta mais ou menos, o horário do conflito, a oficial disse que a guarda ia entrar e iria tirar a família à força, e aí nós falamos que não, os moradores falaram que não, que eles não iriam tirar à força. Nós fizemos um cordão humano, nós ficamos na frente, o padre também chegou e colocou o carro dele em frente da casa, e nós ficamos na frente do carro. [...] eles começaram a nos bater, começaram a nos empurrar. Quando viram que a gente não caía, eles começaram a bater, e eu fui uma das pessoas, fui a primeira a ser machucada. As pessoas que viram, eu nem senti²²⁴.

O dia terminou sem a demolição do imóvel. O cenário de violência não passou despercebido, tendo as imagens do confronto e da resistência alcançado mídias país afora. A comunidade passava por tempos dolorosos, e ainda assim reuniu forças para intensificar a luta

²²³ PLATONOW, Vladimir. Moradores resistem a demolição e entram em confronto com Guarda Municipal no Rio. *EBC*, Cidadania, 03 mar. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/06/moradores-resistem-demolicao-e-entram-em-confronto-com-guarda-municipal-no-rio>. Acesso em 14 dez. 2020.

²²⁴ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

por permanência²²⁵. Em conversa com dona Maria da Penha, foi possível compreender um pouco mais sobre os efeitos trazidos pelas Olimpíadas à comunidade. Em suas palavras:

[...] infelizmente ela veio com força total, porque ela trouxe um capital. Ela vendeu essa imagem do “legado das Olimpíadas”, que só fica um legado para quem? Para poucos. E ela consegue realmente tirar quase toda a minha comunidade, e não só a minha como outras. Foram várias comunidades que foram afetadas, por causa das obras da Transolímpica, Transoeste, e que foram tirando as pessoas, foram removendo as comunidades. Muitas pessoas ficaram sem casa, até hoje têm pessoas vivendo no aluguel. Foi um processo muito traumático, muito triste, porque o governo não conversa, não tem sabedoria de lidar com a população. Eles tratam a população como se fosse nada. O pobre é como, na verdade, fosse lixo. “Eles têm que sair e pronto”, e não é assim. Aí que a gente entra fazendo esse trabalho de dizer “Não!”²²⁶.

E por ousar dizer “não”, a Vila Autódromo não foi arrancada por inteiro, como se mostrará nas últimas páginas deste trabalho.

3.3.4 Apesar do caos, a resistência persiste e vinte famílias conseguem ficar

A persistência dos moradores da Vila Autódromo e sua trajetória de luta já haviam sido reconhecidas antes. Em 2013, o Plano Popular havia conquistado o primeiro lugar no *Urban Age Award* – uma premiação internacional que celebra iniciativas urbanas –, após concorrer com outros 170 projetos participantes, adquirindo o prêmio de 80 mil dólares²²⁷.

Esperava-se que as ações de 3 de junho de 2015 quebrassem ainda mais a resistência, porém o efeito foi reverso. A comunidade se fortaleceu e se organizou, fazendo surgir o Movimento #Ocupa Vila Autódromo. Esse movimento buscava impulsionar o apoio à causa, promovendo a presença de interessados na comunidade, de modo a barrar a intimidação dos agentes municipais. As vigílias e barricadas buscavam proteger a integridade do que havia sobrado do bairro, que estava sofrendo com a quantidade de veículos de grande porte e sendo feito de estacionamento por empregados da Rio Mais. As ameaças de remoção às famílias remanescentes continuaram, com a diferença de que o processo de resistência física e simbólica se reinventara²²⁸.

²²⁵ MONTEIRO *et al*, 2018.

²²⁶ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

²²⁷ ROLNIK, Raquel. Comunidade conquista prêmio pelo Plano Popular da Vila Autódromo. **Blog da Raquel Rolnik**, 06 dez. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/12/06/comunidade-conquista-premio-pelo-plano-popular-da-vila-autodromo/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

²²⁸ MONTEIRO *et al*, op. cit.

Diversas atividades ocorreram graças a esse movimento, como aulas públicas que discutiam a trajetória de resistência da Vila Autódromo, além de eventos dentro da própria comunidade, para expandir seu alcance social. O Encontro Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo (ENEA), por exemplo, coordenou ações para promover sua história, que também passou a ser conhecida por mais pessoas com as celebrações festivas ocorridas na comunidade, abertas ao público. Os anos de 2015 e 2016 foram marcados pela difusão da luta para além das fronteiras da área, com diversas atividades culturais, dentre elas a realização do 1º Festival Cultural #Ocupa Vila Autódromo²²⁹.

Essa sucessão de práticas foi importante para levantar o moral da comunidade, que já havia vivido momentos turbulentos. O cenário deteriorado deixado pela Prefeitura passou por uma ressignificação através de movimentações artísticas e políticas. Os tapumes foram pichados para que refletissem as demandas e protestos dos moradores, ante a degradação imposta em prol do projeto olímpico e seus agentes. Mesmo com o descaso do Poder Público, os moradores se uniam para tentar recuperar os danos das obras, quando o conserto lhes era negado²³⁰.

A luta da Vila Autódromo já havia atingido a mídia internacional, enquanto algumas decisões importantes eram tomadas na via judicial, conforme explicam Monteiro *et al*. Os decretos expropriatórios haviam sido objeto de ACP – não era a mesma que tratava das demolições –, movida pelo NUTH, quanto às alegações de utilidade pública, porém foram mantidos pelo Judiciário, após pressão da Prefeitura, que defendia os desalojamentos como necessários aos Jogos Olímpicos. No tocante à ACP das Demolições, que fora ajuizada primeiro, uma inspeção judicial foi realizada na comunidade, na qual os moradores reafirmaram sua vontade de permanecer, além de apontarem a precariedade das condições de habitação. Posteriormente, apesar da decisão autorizar as demolições das casas daqueles que haviam sido indenizados, uma vez que era uma imposição para concretização do ajuste, ela também determinou que o Município não poderia pressionar os moradores que quisessem ficar, caso suas habitações não obstruíssem as obras, e que deveria atuar pela salubridade no bairro²³¹.

²²⁹ MONTEIRO *et al*, 2018.

²³⁰ Ibid.

²³¹ Ibid.

Algumas demolições foram feitas sem que os moradores estivessem ao menos presentes no local, para retirar seus pertences. Isso aconteceu com a moradora Mariza do Amor Divino, que não teve a chance de recuperar seus bens pessoais. As condutas abusivas dos agentes de autoridade também eram alvo de indignação. A transformação urbana do bairro motivava a atualização do Plano Popular, cuja última versão sairia em 2016. Aquele ano começou com 45 famílias ainda na Vila Autódromo, sendo perceptível a tensão em um cenário de tapumes e barricadas²³².

A autorização judicial da imissão na posse da AMPVA e das casas de Heloísa Helena e de Maria da Penha foram acontecimentos marcantes. Os moradores e apoiadores montaram uma vigília em torno da AMPVA, e no dia 24 de fevereiro de 2016 aguardaram a chegada das autoridades. O oficial de justiça veio acompanhado de, aproximadamente, 200 agentes da Guarda Municipal e da PM, bem como de outros representantes municipais. Em um ato simbólico, os defensores da resistência colocaram mordaças nas bocas, representando o silenciamento forçado, e assistiram à demolição de sua sede de mão dadas²³³.

Dias depois, foi a vez da destruição da casa de Heloísa Helena, que teve apenas meia hora para retirar seus objetos. Uma liminar conseguira impedir a demolição da casa de dona Maria da Penha, mas apenas temporariamente. A Prefeitura tentou negociar com a família, que insistia em um acordo coletivo. Sua casa foi demolida no dia 8 de março de 2016, no Dia Internacional da Mulher. Àquela altura, Maria da Penha já havia se tornado uma peça chave da resistência face às remoções promovidas pelas Olimpíadas, tendo conquistado não apenas uma homenagem na ALERJ – no mesmo dia da demolição da sua casa –, assim como a admiração geral por seus esforços²³⁴, incluindo a da autora deste trabalho. Ela compartilhou os sentimentos que experimentou durante aquele dia:

[...] de manhã eu tive muita tristeza, me senti violentada, literalmente, me senti uma pessoa marginalizada pelo tanto de guarda que tinha ao redor da minha casa. Eu, uma cidadã, que sempre trabalhei, que sempre me esforcei, que nunca fiz nada de errado. Me senti violentada e fui tirada da minha casa à força. Na verdade, por mais que ele me deixasse tirar minhas coisas, eu botei do lado de fora, mas eu fui violentada. Minha casa foi derrubada sem a minha permissão, por um juiz, e me deixou muito triste (...). À noite me senti muito privilegiada, muito amada, eu descobri um povo que ainda

²³² MONTEIRO *et al*, 2018.

²³³ Ibid.

²³⁴ Ibid.

tinha muito amor no coração, entende? A solidariedade das mulheres foi linda. (...) e quando eu volto para casa, não tinha mais casa, mas eu consigo amigos dentro da comunidade que me acolheram, me deram dormida, comida, e foi maravilhoso de novo [...]²³⁵

Faltavam poucos meses para o início das Olimpíadas, e a situação da Vila Autódromo e das famílias remanescentes ainda não havia sido resolvida. Münch expõe que os moradores fizeram pressão quanto ao futuro da área restante da comunidade. No dia 27 de fevereiro de 2016 – data da segunda versão do Plano Popular –, um desafio foi lançado nas redes sociais. Era a campanha “Urbanizajá”, que cobrava do Poder Municipal um plano de urbanização do bairro, na qual um apoiador gravava um vídeo sobre esse tema e desafiava outros três a participar. A visibilidade da Vila Autódromo cresceu, e a corrente de solidariedade alcançou diversos artistas e personalidades²³⁶.

A resistência dos moradores e de seus apoiadores propagou a voz da Vila Autódromo, ainda que à época estivesse reduzida a poucas famílias restantes. A comunidade estava mostrando que não desistiria da urbanização, mesmo diante das truculências e intimidações promovidas pelo Estado, que tentara fragmentar a oposição comunitária. Compreende-se, dessa forma, que a força popular – e a aproximação da data limite de abertura das Olimpíadas – fizeram com que a Prefeitura desse um passo atrás em sua política de repressão, ao menos em parte dela.

No mesmo dia em que a casa de dona Maria da Penha estava sendo demolida, Eduardo Paes anunciava uma coletiva de imprensa no Palácio da Cidade, sem a presença dos moradores, para a apresentação do plano de urbanização da Vila Autódromo²³⁷. Criticava-se, dentre outros aspectos, “a sua elaboração de forma unilateral, a eliminação de grande parte das estruturas existentes e a ausência de previsão de espaços para uso compartilhado entre os moradores, como creche, centro cultural e a própria associação de moradores”²³⁸. Eles protocolaram, em 15 de março de 2016, um pedido de reunião com o prefeito, para que ambas as partes pudessem negociar um acordo²³⁹.

²³⁵ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

²³⁶ MÜNCH, 2017.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ Ibid., p. 90.

²³⁹ Ibid.

Diversos encontros foram marcados para a discussão do tema, mas o medo de ter mais uma promessa descumprida ainda atingia os moradores, que procederam a manifestações pontuais contrárias ao projeto. Com a ajuda da assessoria do Plano Popular, as reivindicações foram apresentadas à Prefeitura, que concordou com algumas das alterações. Uma questão que rendeu debates foi a impossibilidade do reassentamento de famílias que já haviam saído mediante acordo, ainda que desejassem voltar à Vila Autódromo – o Município não cedeu quanto a isso. Feitas todas as reuniões, foi firmado um acordo coletivo de urbanização entre a prefeitura e as 20 famílias que seguiam na Vila Autódromo²⁴⁰.

Esse acordo abrangia os seguintes aspectos, conforme Monteiro *et al*:

O acordo estabeleceu o reassentamento dos moradores em casas unifamiliares construídas pela Prefeitura, com área de 56m² com possibilidade de ampliação, em lotes de 180m². O projeto de urbanização incluía a construção de nova sede da Associação de Moradores, de Espaço Cultural, parquinho infantil e quadra poliesportiva. As casas que não seriam atingidas pelas obras de urbanização e de construção das novas moradias seriam mantidas e demolidas somente após a entrega das chaves da nova habitação, prevista para acontecer até 22 de julho de 2016. As famílias que teriam que sair de suas casas para a realização das obras seriam alojadas temporariamente em contêineres instalados na própria comunidade. Por fim, o acordo continha cláusula pecuniária para o caso do seu descumprimento por parte da Prefeitura²⁴¹.

Com uma semana de atraso, as casas foram entregues no dia 29 de julho de 2016, alguns dias antes do início das cerimônias olímpicas, após a realização de vistoria, assinada por profissionais de ambos os lados. Dois eventos do movimento #Ocupa Vila Autódromo foram marcados – o primeiro deles no decorrer dos Jogos Olímpicos –, para que sua trajetória seguisse firme e as violências perpassadas na comunidade não caíssem no esquecimento, e o segundo para celebrar as novas casas em conjunto com apoiadores²⁴².

A narrativa demonstra que a comunidade foi reduzida a vinte famílias, depois de anos de tentativas de diálogo com o Poder Público, o qual retardou os projetos de urbanização até perceber que os moradores remanescentes não abandonariam a ideia de permanecer. Atualmente, o bairro conta com poucas ruas, sendo a “Rua Vila Autódromo” a sua principal:

²⁴⁰ MONTEIRO *et al*, 2018.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 202.

²⁴² *Ibid.*

FIGURA 5: Rua Vila Autódromo



FONTE: Acervo pessoal da autora.

Percebe-se que a Vila Autódromo não foi colocada abaixo por inteiro, possibilitando a permanência de poucas famílias. Como bem colocado por Münch:

Essa “vitória parcial”, no entanto, não apaga nem encerra o conflito de interesses que caracteriza o território. Se, de um lado, houve um esforço do Poder Público em transformar a Vila Autódromo numa vila de casas homogêneas, reproduzindo uma versão reduzida de um conjunto habitacional, os moradores continuaram apropriando-se do espaço, fazendo festivais, recebendo estudantes de Universidades e transformando a própria casa em centros culturais.

Exemplo disso é o museu das remoções. Inaugurado no dia 18 de maio de 2016, o museu é uma iniciativa dos moradores em parceria com a Universidade Anhanguera²⁴³ e outros apoiadores, com o objetivo de recuperar a memória do conflito das remoções, não só denunciando as violências e arbitrariedades feitas contra a comunidade, mas também recuperando pessoas que tiveram um papel importante na luta, mas por razões diversas tiveram que sair.

Lugares importantes como o parquinho, a igreja, a associação de moradores e a casa de ex-moradores como a dona Jade – liderança que depois de anos de resistência se viu obrigada a negociar com a prefeitura – foram representados em instalações feitas com restos de escombros das remoções²⁴⁴.

As atividades do Museu das Remoções, citado acima, são divulgadas em páginas nas redes sociais, como Facebook e Instagram, e também conta com *site* próprio²⁴⁵. Ao visitar esse endereço eletrônico, é possível perceber a determinação do coletivo de moradores em manter viva não apenas a memória da Vila Autódromo – inclusive em relação a casas e moradores que

²⁴³ Termo corrigido, constava “Ahanguera” na obra.

²⁴⁴ MÜNCH, 2017, p. 91.

²⁴⁵ Cf. <https://musedasremocoes.com/>

não se encontram mais lá – bem como a própria a luta contra as remoções. Diversas fotos e acervos podem ser encontrados no *site*. “Tudo o que a gente pode transformar em ferramenta de luta, a gente transforma”, comenta dona Maria da Penha, que ressalta a importância da visibilidade através das mídias alternativas e o trabalho coletivo junto às universidades²⁴⁶.

Um dos documentos mais importantes do portal eletrônico é o Plano Museológico, em que se destaca o planejamento de resistência através da propagação de manifestações artísticas, as quais incluem debates, oficinas, teatro, exposições, saraus, literatura, dentre outros instrumentos de conscientização. O objetivo dessa iniciativa é preservar a memória e a história das famílias removidas e servir como forma de enfrentamento às práticas expulsórias de comunidades²⁴⁷.

Compreende-se que a reconstrução da memória da Vila Autódromo se tornou uma forma de resistência em meio ao cenário de caos deixado pela opressão do Poder Público e pelas demolições, mesmo o bairro não sendo habitado por todas as famílias de antes. A trajetória de permanência e a luta por pertencimento urbano ainda parecem mover os moradores e apoiadores da comunidade, que fazem das suas contribuições uma negação ao esquecimento, por meio da arte e da conscientização popular sobre os efeitos nefastos das remoções.

Finaliza-se este capítulo com uma fala irretocável de dona Maria da Penha, em entrevista, que traduz perfeitamente a importância de se manter viva a história de uma comunidade:

A história do povo é esta, o povo não pode contar sua própria história. Sempre foi negado, e quando você remove uma comunidade, você está negando a história daquele povo, porque vai ser apagado aquele território, né? O território da Vila Autódromo só não está apagado porque eu estou aqui. Vinte famílias ficaram, se estas vinte famílias não tivessem ficado, este território estava totalmente apagado, em todos os sentidos, tanto no território como na memória²⁴⁸.

²⁴⁶ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

²⁴⁷ MUSEU DAS REMOÇÕES. **Plano Museológico** – Museu das Remoções. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwp1NrutIAYxYuCKj8sXn/view. Acesso em: 20 set. 2020.

²⁴⁸ Entrevista concedida por Maria da Penha Macena em 03 de outubro de 2020.

CONCLUSÃO

A presente monografia abordou a problemática socioespacial inerente ao processo de revitalização urbana na cidade do Rio de Janeiro, cuja gestão mercantil parece atentar-se, antes de tudo, à satisfação de interesses políticos e econômicos; o panorama da gestão urbana que conduziu a realização dos megaeventos esportivos na cidade do Rio de Janeiro – com maior enfoque nos Jogos Olímpicos de 2016 –; a confrontação entre o discurso pró-megaeventos e alguns contrapontos relevantes, e, por fim, a trajetória de resistência da comunidade Vila Autódromo em meio aos avanços da remoção. As conclusões seguintes foram obtidas a partir de uma síntese das considerações traçadas ao longo dos capítulos deste trabalho, por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, além dos apontamentos pessoais da autora.

O Capítulo 1 abordou o processo de ascensão socioeconômica da Zona Oeste, local que futuramente seria um dos palcos principais das Olimpíadas de 2016, bem como os esforços de Eduardo Paes no combate às ocupações irregulares, desde o início de sua carreira, com a Caravana da Legalidade. Em sua corrida à Prefeitura, restou evidente que pôde contar com o patrocínio de grandes empresas, coincidentemente dos ramos que mais se beneficiariam com as revitalizações socioeconômicas de áreas recém valorizadas.

Também foi foco do capítulo em questão o estudo da influência do capital aplicado à gestão mercantil das cidades. As suas potencialidades de troca e de consumo são tratadas como mercadoria, a partir da captação de recursos públicos em locais estratégicos e da atração de capital especulativo, manejado principalmente pelo setor imobiliário.

O capítulo encerrou-se com um estudo sobre a relação entre os empreendimentos público-privados – formalizados através das PPPs – efetuados na cidade do Rio de Janeiro e as remoções ocorridas para abrirem caminho a eles. O envolvimento entre o Estado e agentes privados da construção civil e de imobiliárias, ao organizarem o espaço urbano à luz de seus interesses, é um fator que fomenta a periferização social rumo a áreas longínquas da Zona Oeste – com acesso precário a serviços públicos e ao restante da cidade –, ao reassentar comunidades em locais abrangidos pelo programa MCMV. A intervenção estatal é praticada através da remoção e da desapropriação, tendo sido apontadas algumas particularidades de cada uma. Estima-se que milhares de pessoas tenham sido desapropriadas para que a revitalização urbana tomasse

forma, como ocorreu na ocasião de ampliação da malha rodoviária da cidade, ao passo que demandas prioritárias da população foram – e ainda são – negligenciadas.

O Capítulo 2 versou sobre o projeto olímpico e o panorama político-econômico que permitiu a transformação do Rio de Janeiro em cidade-sede das Olimpíadas de 2016. Em um primeiro momento, foi ressaltado o intento de seus gestores públicos em inserir a cidade no cenário de competitividade global, tendo sido feitos diversos investimentos urbanos visando à atração de capital e ao aprimoramento de sua imagem. Após duas tentativas fracassadas, o Rio de Janeiro finalmente consegue ser escolhido para sediar as cerimônias olímpicas.

A união das esferas de governo possibilitou que a proposta olímpica do Rio de Janeiro viesse com força maior. Alinhado a isso, investiu-se no discurso e na propaganda pró-megaevento, de forma a atribuir maior legitimidade a eles, assim como às obras de revitalização que trariam consigo. Dentre os argumentos expostos, evidenciam-se o desenvolvimento econômico urbano e a projeção simbólica do país e de cidades envolvidas – legados que supostamente justificaram as mudanças regulatórias à época, muitas das quais se originaram da pressão exercida por instituições internacionais do esporte.

Na parte final do referido capítulo, discorreu-se sobre críticas relevantes aos megaeventos esportivos, com especial atenção ao seu custo social. As políticas de preparação aos megaeventos implicam remoção em massa, resultando em uma “regeneração urbana” que fomenta a periferização. Os supostos legados são restritos a grupos privilegiado, que se beneficiam de cerimônias dessa magnitude para a atração de capital financeiro e político. Não se verifica na prática a inclusão social dos segmentos à margem desses investimentos.

No Capítulo 3, foi contada a história da Vila Autódromo, uma comunidade autoconstruída a partir dos esforços de seus moradores, na Zona Oeste. Localizada em uma área ambicionada por seus vizinhos, ao longo dos anos diferentes argumentos foram levantados para tentar remover as centenas de famílias que lá habitavam, à medida que as regiões da Barra da Tijuca e de Jacarepaguá experimentavam grande crescimento, concentrando os empreendimentos das empreiteiras e das imobiliárias.

Com a escolha do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a comunidade sofreu amplamente com novas ameaças de remoção. A prefeitura dificultava as tentativas de diálogo por parte das lideranças locais, tendo levado adiante os projetos de construção do Parque Olímpico e do Parque Carioca, mesmo com os apelos de diversas famílias exigindo sua permanência e apresentando um plano alternativo de urbanização – o Plano Popular.

Todo esse processo durou alguns anos, com idas e vindas no Judiciário, além de diversas reuniões realizadas entre as partes envolvidas. A trajetória foi marcada pela violência institucional de agentes públicos, protestos dos moradores e ressignificação de sua luta. No entanto, mesmo com a resistência da comunidade e o apoio do segmento técnico-acadêmico, a maior parte da comunidade foi removida, contando atualmente com apenas vinte famílias. A Vila Autódromo, contudo, seguiu com seu propósito de luta contra as remoções de comunidade e pela preservação da memória do bairro, realizando atividades culturais e de conscientização popular em suas redes sociais e em seu *site*.

Espera-se, por fim, que esta monografia tenha cumprido com seu propósito principal, destinado a contribuir para o questionamento quanto à gestão mercadológica da cidade em cenário de megaeventos esportivos, além de propagar o alcance da voz da Vila Autódromo e sua visibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ARAGÃO, Alexandre Santos de. **Curso de Direito Administrativo**. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E PESCADORES DA VILA AUTÓDROMO. **Plano Popular da Vila Autódromo**. Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. Rio de Janeiro, 2012, p. 5. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BASTOS, Isabela; SCHMIDT, Selma. Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012. **O Globo**, Rio de Janeiro, 07 jan. 2010. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>. Acesso em: 14 dez. 2020.
- BELISÁRIO, Adriano. Documento da Lava Jato sugere cartel na Olimpíada. **Agência Pública**, 29 abr. 2016. Disponível em: <http://apublica.org/2016/04/documento-da-lava-jato-sugere-cartel-na-olimpiada/>. Acesso em: 24 jul. 2020.
- BRASIL. **Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 Volume 1**. 2009. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/594>. Acesso em: 02 de ago. de 2020.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001: regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Lívia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha. **Vade Mecum Saraiva OAB**. 17. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- CARVALHO, Vinck Vitório Ribeiro. Higienizar e Civilizar: a campanha sanitária no Rio de Janeiro. *In*: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Rio de Janeiro: histórias concisas de uma cidade de 450 anos**. Rio de Janeiro: SME, 2015, p. 119-126.
- CENCI, Daniel Rubens; SEFFRIN, Geciana. Mercantilização do espaço urbano e suas implicações na concepção de cidades justas, democráticas, inclusivas e humanas. **Revista de Direito da Cidade**, v. 11, n. 1, p. 418-442, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/35827/27998>. Acesso em: 12 abr. 2020.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf. Acesso em: 10 fev. 2021.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-Colonialismo: do Eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 50-62.

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre, v. 19, n. 40, p. 65-88, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832013000200003. Acesso em: 15 jul. 2020.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico.** Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FILGUEIRA, Julio Cesar Monzú. Importância dos legados de megaeventos esportivos para a política nacional do esporte: cidade, cidadania e direito dos cidadãos. In: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos.** Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 65-73.

FILIPO, Leonardo. Custo dos Jogos Olímpicos do Rio é atualizado e chega a R\$ 41 bilhões. **Globo Esporte**, 14 jun. 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/olimpiadas/noticia/custo-dos-jogos-olimpicos-do-rio-e-atualizado-e-chega-a-r-41-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FRANZONI, Júlia. Ávila. **Política urbana na ordem econômica.** Belo Horizonte: Arraes Editores, 2014.

GUIMARÃES, Renato Cosentino Vianna. **Barra da Tijuca e o projeto olímpico: a cidade do capital. Projeto de qualificação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento e Políticas Urbanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.**

GOVERNO divulga valores finais da Copa: R\$ 8,3 bilhões em estádios. **Globo Esporte**, Rio de Janeiro, 04 jan. 2015. Disponível em: <http://globoesporte.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2015/01/governo-divulga-valores-finais-da-copa-r-83-bilhoes-em-estadios.html>. Acesso em: 24 jul. 2020.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** Trad. de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.** Trad. de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. **Urbanismo y desigualdad social.** Trad. de Marina Gonzales Arenas. Espanha: Siglo XXI de España Editores, 1977.

JUSTINO, Diogo. As remoções no início da Gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro.** Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 165-179.

KAZAN, Juliana *et al.* Copa do Mundo, Olimpíadas e a luta pelo direito à cidade no Rio de Janeiro. *In:* MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 115-130.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. Minuta de edital prevê remoção de favela Vila Autódromo até 2013 para obras do Parque Olímpico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 out. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/minuta-de-edital-preve-remocao-de-favela-vila-autodromo-ate-2013-para-obras-do-parque-olimpico-2744502>. Acesso em 14 dez. 2020.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MASCARENHAS, Gilmar. Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-americanos - 2007. **Scripta Nova: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XI, n. 245 (13), ago. 2007. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24513.htm>. Acesso em: 28 ago. 2020.

MEDEIROS, Mariana Gomes Peixoto. **Parque Olímpico contra Vila Autódromo: o papel das parcerias público-privadas no empreendedorismo urbano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

MEHL, Gustavo. Secretário de Habitação do RJ promete tentar a permanência da Vila Autódromo. **Global**, 12 jan. 2010. Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/secretario-de-habitacao-do-rj-promete-tentar-a-permanencia-da-vila-autodromo/>. Acesso em 14 dez. 2020.

MONTEIRO, Poliana *et al.* A Vila Autódromo resiste: As demolições e a conquista da permanência. *In:* TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 155-207.

MÜNCH, Marcela. **Direitos Humanos e a colonização do urbano: Vila Autódromo na disputa** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MUSEU DAS REMOÇÕES. **Plano Museológico – Museu das Remoções**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwp1NrutIAYxYuCKj8sXn/view. Acesso em: 20 set. 2020.

NABACK, Clarissa Pires de Almeida. A poética do espaço: o habitar a cidade e a cartografia afetiva da Vila Autódromo. *In:* MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (org.). **A resistência à remoção de favelas no Rio de Janeiro**. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do núcleo de terras e habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016, p. 277-284.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; TAKANA, Giselle; BIENENSTEIN, Regina. A batalha da Vila Autódromo: o Plano Popular contra a remoção. *In:* TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo: o Plano Popular a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 123-153.

OLIVEIRA, Nelma Gusmão de. **O Poder dos Jogos e os Jogos de Poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo.** Orientador: Carlos Bernardo Vainer. 2012. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

PLATONOW, Vladimir. Moradores resistem a demolição e entram em confronto com Guarda Municipal no Rio. **EBC**, Cidadania, 03 mar. 2015. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2015/06/moradores-resistem-demolicao-e-entram-em-confronto-com-guarda-municipal-no-rio>. Acesso em 14 dez. 2020.

PUFF, Jefferson. ‘Como é que você vai botar o pobre ali?’, diz bilionário ‘dono da Barra da Tijuca’. **BBC Brasil**, Rio de Janeiro, 10 ago. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp. Acesso em: 31 ago. 2020.

RODRIGUES, Rejane Penna; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Subsídios para pensar os legados de megaeventos esportivos em seus tempos presente, passado e futuro. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esportes, 2008, p. 21-25.

ROLNIK, Raquel. Comunidade conquista prêmio pelo Plano Popular da Vila Autódromo. **Blog da Raquel Rolnik**, 06 dez. 2013. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2013/12/06/comunidade-conquista-premio-pelo-plano-popular-da-vila-autodromo/>. Acesso em: 11 ago. 2020.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SILVA, Dirce Maria Corrêa da *et al.* Tendências atuais do conhecimento sobre gestão e economia de megaeventos e legados esportivos segundo Holger Preuss da Universidade de Mainz, Alemanha: texto interpretativo de apresentação oral e debates. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 91-101.

TAKANA, Giselle *et al.* Uma história de luta e resistência. *In*: TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo: O Plano Popular e a luta contra a remoção**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 39-63.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 56, p. 21-44, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v23n56/0104-4478-rsocp-23-56-0021.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2020.

VAINER, Carlos. **Cidade de Exceção**: reflexões a partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR). v. 14, 2011.

VAINER, Carlos *et al.* A permanência é possível: a elaboração do Plano Popular. *In*: TAKANA, Giselle *et al.* (org.). **Viva a Vila Autódromo**: o Plano Popular a luta contra a remoção. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018, p. 97-121.

VAINER, Carlos *et al.* **O Plano Popular da Vila Autódromo**, uma experiência de planejamento conflitual. *In*: Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós Graduação em Planejamento Urbano. Recife: 2013.

VAINER, Carlos *et al.* O Plano Popular da Vila Autódromo: uma experiência de planejamento conflitual. *In*: OLIVEIRA, Fabrício Leal de *et al.* (org.). **Planejamento e conflitos urbanos**: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016, p. 27-64.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. *In*: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-103.

VILLANO, Bernardo *et al.* Seminário “Gestão de Legados de Megaeventos Esportivos”:
pontos de convergência. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 47-50.

VILLANO, Bernardo; TERRA, Rodrigo. Definindo a temática de legados de megaeventos esportivos. *In*: DaCOSTA, Lamartine *et al.* (ed.). **Legados de Megaeventos Esportivos**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008, p. 103-105.